

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “GPA”), diretamente ou por meio de suas subsidiárias (“Grupo”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico, e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Super”, “Minimercado”, “Extra”, “Assai”, “Ponto Frio” e “Casas Bahia”, além das plataformas de e-commerce “Casas Bahia.com”, “Extra.com”, “Ponto Frio.com”, “Barateiro.com”, “Partiuviagens.com” e da bandeira de shoppings de vizinhança “Conviva”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2013, 156 mil funcionários, 1.999 lojas em 19 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infraestrutura de logística que compreende 54 centrais de distribuição localizadas em 13 estados e no Distrito Federal. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBovespa”), sob o código “PCAR4”, e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III) sob o código “CBD”. A Companhia também é listada na Bolsa de Valores de Luxemburgo, porém sem ações negociadas.

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”) que em 2 de julho de 2012 passou a ser controlada pelo Casino Guichard Perrachon (“Casino”).

a) Arbitragem Casino

Durante o ano de 2011 houve requerimento por parte do Casino de dois procedimentos arbitrais na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, contra o Sr. Abílio dos Santos Diniz, a Sra. Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D’Avila, a Sra. Adriana Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, o Sr. Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e a Península Participações Ltda. (“Península”). Em 5 de abril de 2013, o tribunal arbitral deferiu a exclusão da Companhia do procedimento arbitral e, em setembro de 2013, as partes protocolaram diante da *International Chamber of Commerce* (“ICC”) uma petição buscando o encerramento desses procedimentos.

Em 6 de setembro de 2013, o Grupo Casino e o Sr. Abílio dos Santos Diniz, em conjunto com suas partes relacionadas, firmaram um Instrumento Privado de Transação e Renúncia de Direitos. Como consequência da transação mutuamente acordada, as partes protocolaram diante da *International Chamber of Commerce* (“ICC”) uma petição buscando o encerramento de todos os procedimentos arbitrais requeridos pelas partes que estavam em curso naquele momento. As partes também concordaram em encerrar todo e qualquer litígio contra a outra parte e contra qualquer terceiro (relacionados às controvérsias das partes), assim como não praticar nenhum ato ou ajuizar qualquer ação baseado nos direitos previstos em qualquer dos acordos previamente firmados entre as partes ou baseado em entendimentos das partes anteriores a 6 de setembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

b) Reestruturação societária

Em AGE realizada no dia 28 de dezembro de 2012, foi aprovada a reestruturação societária com o objetivo de conseguir benefícios de ordem administrativa econômica e financeira ao Grupo, cuja data-base da reestruturação foram os balanços das subsidiárias levantados em 31 de dezembro de 2012. A reestruturação consistiu na incorporação pela Companhia das operações de 44 lojas da subsidiária Sé Supermercados Ltda. ("Sé") com o acervo líquido de R\$515 e de 6 lojas da subsidiária Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") pelo acervo líquido de R\$504.

Adicionalmente, houve uma permuta de valores equivalentes de ações entre a Companhia e a subsidiária Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc"), onde a Companhia cedeu 17,25% de Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona") em troca de 6,9% de Sé Supermercados. Em ato contínuo foi aprovado na mesma assembleia um aumento de capital da Companhia em Barcelona de R\$557.534, sem emissão de novas ações, utilizando-se de créditos da Companhia contra esta subsidiária. Esta transação ocorreu entre subsidiárias, das quais a Companhia, direta ou indiretamente, já possuía 100% de participação.

A reestruturação resultou em efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 da ordem de R\$7.491, principalmente relacionados à perda de créditos tributários diferidos de Contribuição Social em suas subsidiárias.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2012 da controladora como resultado da incorporação das subsidiárias Sé e Sendas, descritas acima, foram os seguintes:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

b) Reestruturação societária – Continuação

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	275.636
Contas a receber	20.998
Estoques	92.813
Impostos a recuperar	5.489
Outros créditos	1.257
Total do ativo circulante	396.193
Depósitos para recursos judiciais	62.519
Impostos a recuperar	8.829
Investimentos	801.775
Imobilizado	225.297
Intangível	173.247
Total do ativo não circulante	1.271.667
Total do ativo	1.667.860
<u>Passivo</u>	
Fornecedores	125.528
Salários e encargos sociais	16.980
Impostos e contribuições a recolher	8.005
Partes relacionadas	1.446.936
Outras contas a pagar	14.684
Total do passivo circulante	1.612.133
Provisão para demandas judiciais	54.708
Total do passivo não circulante	54.708
Total do passivo	1.666.841
Acervo líquido	1.019

Em AGE realizada em 2 de janeiro de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Sendas no montante de R\$1.100.000, sem emissão de novas ações, utilizando-se de créditos da Companhia contra esta subsidiária.

c) Solicitação de arbitragem Morzan

Nos termos do Fato Relevante publicado em 15 de junho de 2012, a Companhia informou que recebeu correspondência da Câmara de Comércio Internacional - CCI, por meio da qual foi notificada acerca do pedido de instauração de procedimento arbitral ("Procedimento") apresentado pela Morzan Empreendimentos e Participações Ltda. ("Morzan"), antiga controladora da Globex Utilidades S.A. (bandeira Ponto Frio), atualmente denominada Via Varejo S.A. ("Via Varejo").

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

c) Solicitação de arbitragem Morzan – Continuação

O Procedimento está relacionado com questões que decorrem do Contrato de Compra de Ações celebrado pela subsidiária Mandala Empreendimentos e Participações S.A. em 8 de junho de 2009 ("Contrato"), para aquisição de 86.962.965 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal então representativas de 70,2421% do capital social total e votante da Via Varejo, objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 8 de junho de 2009. Os termos da arbitragem estão submetidos a obrigações de confidencialidade.

Em 11 de julho de 2012, a Companhia exerceu seu direito de indicar um árbitro para compor o tribunal arbitral responsável pela condução do Procedimento. Após discussões sobre a jurisdição do Tribunal Arbitral em 25 de outubro de 2013 a Morzan apresentou suas alegações iniciais, as quais foram respondidas pela Companhia, Wilkes e Via Varejo em 17 de janeiro de 2014.

A Companhia, amparada por posição favorável de seus consultores legais, entende que o pedido apresentado por meio do requerimento é improcedente, tendo sido o Contrato cumprido integralmente, o que será demonstrado ao longo do Procedimento.

Até a presente data não ocorreram desdobramentos desta arbitragem, portanto, não gerando quaisquer impactos nestas demonstrações financeiras. Como próximos passos, as partes terão oportunidade de solicitar documentos uma à outra e apresentar réplica e tréplica antes da audiência de instrução, designada para os dias 9 a 13 de junho de 2014. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados acerca de quaisquer desdobramentos relevantes relativos ao Procedimento.

d) Avaliação do acervo líquido da Associação entre CBD e Casas Bahia

Em relação aos trabalhos efetuados pelos consultores externos comunicados ao mercado pela Companhia em 16 de outubro de 2012, e pela Via Varejo em 23 de maio e 07 de agosto de 2013, e dos assessores jurídicos e peritos contratados pela Companhia ("Consultores Externos"), informamos que os trabalhos foram concluídos em outubro de 2013, possibilitando a administração conduzir negociações para finalizar as discussões entre as partes.

Após análise criteriosa dos aspectos societários, jurídicos e econômicos, a Companhia, CB e Via Varejo celebraram um instrumento particular de transação que determina a quitação integral, irrevogável e irrestrita dos assuntos oriundos do trabalho dos Consultores Externos. Como resultado, a Via Varejo e a Companhia reconheceram ao resultado de 2013 os efeitos dos assuntos que constaram das conclusões dos relatórios dos consultores externos (nota 30), adicionalmente, Via Varejo recebeu indenização de CB no valor de R\$85.000, compreendendo R\$27.700 referentes a valores a receber contabilizados pela Companhia e R\$57.300 referentes a recebíveis até então considerados contingentes e, portanto, não contabilizados. Também foram efetuadas baixas de recebíveis que foram concluídos como não passíveis de reembolso pelas partes no valor de R\$54.667 e o reconhecimento de outros efeitos na Companhia de R\$8.307. Consequentemente, não haverá ajustes contábeis adicionais com relação a este tema. O saldo do contas a receber da CB em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 134.111 (nota 13) estão devidamente amparados pelo acordo de associação vigente e expressamente previstos como passíveis de recebimento.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

e) Termo de Compromisso de Desempenho.

Conforme fato relevante divulgado em 17 de abril de 2013, a Via Varejo, a Companhia, Casa Bahia e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) celebraram o Termo de Compromisso de Desempenho (“TCD”), para a aprovação do Acordo de Associação celebrado entre a Companhia e Casas Bahia (“CB”) em 04 de dezembro de 2009 e aditado em 01 de julho de 2010, que tem por objetivo estabelecer medidas que:

- (i) impedem que a unificação das operações das Compromissárias implique eliminação substancial da concorrência;
- (ii) garantem condições para existência de rivalidade efetiva nos mercados afetados pela operação;
- (iii) garantem condições para entrada rápida e eficiente de concorrentes nos mercados referidos;
- (iv) assegurem que os benefícios decorrentes da associação sejam distribuídos equitativamente entre seus participantes, de um lado, e os consumidores finais, de outro, naqueles mercados específicos.

De forma a atender os objetivos do TCD, a Via Varejo e seus acionistas têm por principal obrigação alienar 74 lojas, localizadas em 54 municípios distribuídos em seis estados e no Distrito Federal, que juntas representaram aproximadamente 3% das vendas brutas consolidadas de Via Varejo em 31 de dezembro de 2013 (3% em 31 de dezembro de 2012). Até 31 de dezembro de 2013 foram vendidas 35 lojas.

Até a data de fechamento desta demonstração financeira o contrato de condições precedentes definidas no TCD não foi aprovado pelo CADE e pode ter influência significativa no valor de venda final das lojas remanescentes. Desta forma, em 31 de dezembro de 2013, foi constituída uma provisão referente às 39 lojas não vendidas no valor de R\$30.435, correspondente ao ativo imobilizado destas lojas e a multa que poderá ser aplicada pelo CADE no caso de não tê-las vendido.

O CADE tem fiscalizado o cumprimento das obrigações assumidas no TCD, estando a Companhia sujeita a apresentar dados e informações que a autarquia julgar necessária.

f) Aquisição de participação da Nova Pontocom

Conforme fato relevante divulgado em 17 de outubro de 2013, a subsidiária Via Varejo celebrou a venda de 6,20% das ações do capital social da Nova Pontocom para a controladora CBD. A participação da Via Varejo foi alterada de 52,10% para 43,90%. O valor de aquisição, pela Companhia, foi de R\$80.000, pago em caixa, gerando efeito líquido de R\$73.265 registrado diretamente no patrimônio líquido da Companhia.

Nesta mesma data, houve a aquisição por CBD de 1,95% de participação em Nova Pontocom detida por minoritários pelo valor de R\$25.294, sendo R\$7.330 pela compensação com saldos devidos por estes minoritários para a CBD, e o restante pago em caixa. Após a transação, a Companhia possui 47,21% de participação direta mais 23,88% de participação indireta.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas – Continuação

f) Aquisição de participação da Nova Pontocom -- continuação

As transações acima mencionadas foram avaliadas como “transação de capital” e os efeitos registrados diretamente ao patrimônio líquido do controlador, no valor total de (R\$73.265) e na participação de não controladores no valor de R\$23.617.

Concomitante com a venda foi firmado nesta mesma data, um novo Acordo de Acionistas da Nova Pontocom, o qual estabelece novos parâmetros de governança corporativa.

g) Bartira – Classificação inicial e aquisição de participação

Até 31 de outubro de 2013, a Via Varejo possuía participação direta em um negócio em conjunto, classificada como negócios em conjunto conforme designado pelo CPC 19R2 (IFRS 11), na Bartira, na qual os participantes (Via Varejo com 25%, e Casa Bahia com 75%) formalizaram um acordo de sócios que estabelecia controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

Conforme previsto no acordo de associação entre CB e a Companhia, a subsidiária Via Varejo exerceu a opção de compra da participação de 75% remanescente, conforme descrito na nota explicativa nº 15 b).

A Companhia reconhecia em suas demonstrações financeiras sua participação no negócio em conjunto utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combinava sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas do negócio em conjunto com itens semelhantes – linha a linha – em suas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras do negócio em conjunto eram preparadas para o mesmo período e sob os mesmos critérios contábeis adotados pela Companhia.

Demonstramos a seguir, as principais linhas das demonstrações financeiras condensadas da Bartira do exercício de 2012 e até 31 de outubro de 2013, data da alteração da classificação de Bartira de negócio em conjunto para controlada.

	31.10.2013	31.12.2012
	100%	100%
Ativo circulante	79.525	157.196
Ativo não circulante	92.465	73.244
Ativo total	171.990	230.440
Passivo circulante	91.097	111.500
Passivo não circulante	9.451	16.440
Patrimônio líquido	71.442	102.500
Total passivo e patrimônio líquido	171.990	230.440
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	450.919	464.048
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(40.828)	5.516
Resultado do exercício	(30.987)	68

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS, seriam pelo custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Companhia e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas demonstrações financeiras individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras são elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"), que é o Real (R\$), que também é a moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2014.

A Administração reclassificou os saldos dos recebíveis de acordos comerciais com fornecedores, cujo contrato permite a compensação destes recebíveis com o saldo a pagar aos respectivos fornecedores. Esta mudança visa apresentar tais recebíveis de forma condizente com sua realização. Em adição e para melhor apresentação e comparabilidade os seguintes saldos de 31 de dezembro de 2012 e 2011 também foram reclassificados:

	Controladora			Consolidado		
	Saldo originalmente publicado	Acordos Comerciais	Saldo reclassificado	Saldo originalmente publicado	Acordos Comerciais	Saldo reclassificado
Saldo em 31.12.2012:						
Ativo:						
Contas a receber	926.660	(434.018)	492.642	3.208.963	(562.884)	2.646.079
Passivo:						
Fornecedores	2.791.397	(434.018)	2.357.379	6.803.240	(562.884)	6.240.356

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração - Continuação

	Controladora			Consolidado		
	Saldo originalmente publicado	Acordos Comerciais	Saldo reclassificado	Saldo originalmente publicado	Acordos Comerciais	Saldo reclassificado
<u>Saldo em 31.12.2011:</u>						
<u>Ativo:</u>						
Contas a receber	1.719.763	(282.611)	1.437.152	5.437.500	(325.558)	5.111.942
<u>Passivo:</u>						
Fornecedores	2.526.912	(282.611)	2.244.301	6.278.757	(325.558)	5.953.199

Não ocorreram alterações na demonstração dos fluxos de caixa por se tratar de reclassificação de itens incluídos nas atividades operacionais da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e negócios em conjunto

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Controladas				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10,00	-	10,00	-
Sé Supermercados Ltda. ("Sé")	100,00	-	100,00	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100,00	-	100,00	-
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	82,75	17,25	82,75	17,25
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	100,00	-	100,00
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços. Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100,00	-	100,00	-
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,91	0,09	99,91	0,09
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,99	0,01	99,99	0,01
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Posto Ciara Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Império Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Santo André Ltda.	-	100,00	-	100,00
Auto Posto Duque Lapa Ltda.	-	100,00	-	100,00
Duque Conveniências Ltda.	-	100,00	-	100,00
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	43,35	-	52,41
Via Varejo S.A.	43,35	-	52,41	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	43,35	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	43,35	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	-	-	52,41

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação – Continuação

a) Participação em subsidiárias, associadas e negócios em conjunto – Continuação

Sociedades	31.12.2013		31.12.2012	
	Companhia	Participação Indireta	Companhia	Participação Indireta
Ponto Frio Adm. e Importação de Bens Ltda.	-	43,34	-	52,41
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	43,35	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	43,35	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	43,35	-	52,41
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	43,31	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	47,21	23,88	39,05	31,11
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	-	71,09	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	71,09	-	70,16
Sabara S.A	-	43,35	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	43,35	-	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	-	-	52,41
Associadas				
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,93	-	43,22
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	-	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,67	-	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	41,93	-	43,22
Negócios em conjunto				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	-	-	13,10

Todas as participações são calculadas considerando o percentual detido pela GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, são consolidadas integralmente.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação – Continuação

b) Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades em que a Companhia tem controle. A Companhia controla uma entidade quando ela é exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis como resultado do seu envolvimento com a investida e quando os retornos do investidor decorrentes de seu envolvimento tem o potencial de variar conforme o resultado do desempenho da investida. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação, quando aplicável, a partir da data em que esse controle é perdido.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

(i) Novasoc

Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o contrato social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade, ou seja, 99,98%.

(ii) Via Varejo

A Companhia detém 43,35% de participação no capital social da Via Varejo e 62,3% sobre as ações com direito a voto, conferindo-lhe o controle dessa subsidiária, consolidando integralmente suas demonstrações financeiras. A Via Varejo concentra as atividades de comércio de eletroeletrônicos, operando sob as marcas “Ponto Frio” e “Casas Bahia”. Vide nota 14 (a) (ii).

Em 2 de janeiro de 2013 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da subsidiária NCB pela sua controladora Via Varejo. A incorporação não gerou impactos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação – Continuação

b) Subsidiárias – Continuação

(ii) Via Varejo – Continuação

A incorporação de NCB pela Via Varejo visa simplificar a estrutura organizacional e societária das companhias, propiciando assim, uma redução dos custos administrativos e operacionais.

(iii) Sendas

A Companhia detém 100% do capital social de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no Estado do Rio de Janeiro.

(iv) GPA M&P

O GPA M&P tem por objetivo gerir e explorar o patrimônio imobiliário da Companhia.

(v) Nova Pontocom

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 (f), em 17 de outubro de 2013 a Companhia passou a ter controle direto sobre a Nova Pontocom, que atua no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviaagens.com.br.

c) Associadas - BINV e FIC

Associadas são entidades em que a Companhia exerce influência significativa, mas não possui o controle sobre suas atividades. São reconhecidos inicialmente pelo custo ou valor justo, conforme cada caso, e seus resultados são contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial.

A demonstração do resultado do exercício reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e divulga, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados na medida da participação nas associadas.

As demonstrações financeiras das associadas são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia e quando necessário, efetuados ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação – Continuação

c) Associadas - BINV e FIC - Continuação

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas as instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA e Via Varejo, resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A ("Itaú Unibanco") com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que o poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

A Companhia tem participação relevante nas decisões operacionais da FIC através do Conselho de Administração desta sociedade.

As demonstrações financeiras resumidas da FIC são as seguintes:

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Ativo circulante	3.521.684	3.384.723
Ativo não circulante	32.209	43.171
Ativo total	3.553.893	3.427.894
Passivo circulante	2.826.367	2.768.570
Passivo não circulante	23.192	18.710
Patrimônio líquido	704.334	640.614
Total passivo e patrimônio líquido	3.553.893	3.427.894
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receitas	895.101	897.814
Resultados operacionais	157.764	66.671
Lucro líquido do exercício	87.939	39.268

Para efeito do cálculo do investimento o patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data de negociação e registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada categoria de ativo ou passivo financeiro.

A nota explicativa nº20 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias e incluídos no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis, e (iii) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

a) Instrumentos financeiros – Continuação

(i) *Ativos financeiros* – Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia e suas subsidiárias.

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Especificamente em relação aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não – a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

a) Instrumentos financeiros – Continuação

(i) *Ativos financeiros* – Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros - Continuação

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia mensura a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos, financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

a) Instrumentos financeiros – Continuação

(ii) *Passivos financeiros* – Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

c) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como swaps de taxas de juros e swaps de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício;

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

c) Contabilização de hedge - Continuação

- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do exercício restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo ocorrer, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- Se o item protegido for desconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI x Iene, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

e) Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores nominais das vendas e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A cada fechamento dos balanços a Companhia avalia se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes baseia-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego, e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada incobrável e, portanto baixada da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

f) Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

g) Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado na medida em que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, uma vez que contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores líquidos dos valores a receber de bonificação.

h) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas correspondentes rubricas, sujeitas à aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica “resultado financeiro”.

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica “Contas a receber” e sua realização é registrada na rubrica “Receita operacional líquida”, pela fruição do prazo.

Demais rubricas do balanço patrimonial cuja aplicação do ajuste a valor presente se faça necessário, tem a sua contrapartida na rubrica de “Resultado financeiro”.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (“impairment test”) tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Continuação

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

j) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Taxa média de depreciação anual
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,43%
Equipamentos de processamento de dados	20,14%
Software	12,78%
Instalações	8,04%
Móveis e utensílios	9,92%
Veículos	23,81%
Máquinas e equipamentos	9,30%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2013 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

k) Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

l) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial sendo deduzidas pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é 10 anos.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

m) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

n) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os percentuais e montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

q) Receitas antecipadas

As receitas antecipadas são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

r) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do Patrimônio Líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no Patrimônio Líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

s) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia e suas subsidiárias) podem receber remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

s) Pagamento baseado em ações - Continuação

Operações liquidadas com ações

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, este é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº32).

t) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício e as ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do exercício; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

t) Lucro por ação - Continuação

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

u) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia como estipulante nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas líquidas dos respectivos custos e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluam para a Companhia, bem como seus valores possam ser confiavelmente mensurados.

c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto da Companhia, na demonstração do resultado.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

u) Apuração do lucro líquido – Continuação

(i) *Receita* - Continuação

d) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

e) Receita de Permuta

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de conclusão da permuta dos terrenos de propriedade do GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas pelo GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o valor justo da permuta inicialmente reconhecida.

f) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos conforme sua coerência e solicitação do cliente, pelo regime de competência.

(ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* se referem a campanhas publicitárias para cada segmento em que a Companhia atua. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores recebidos de fornecedores, em cooperação.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e atividades financeiras.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

u) Apuração do lucro líquido – Continuação

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado.

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

v) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferidos ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

v) Tributação – Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

w) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

w) Combinações de negócios e ágio - Continuação

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

x) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais em relação ao saldo dos ativos do plano.

y) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis – Continuação

y) Programas de fidelidade de cliente - Continuação

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade “Programa Mais”, aplicando técnicas estatísticas, considerando o prazo de vencimentos dos pontos de dois anos conforme definido no regulamento, os percentuais de conversão de pontos em descontos, e o custo de conversão dos pontos que se inicia pela conversão de 3.000 pontos por R\$20,00 (Vinte reais) em produtos.

A Companhia reconhece os pontos inicialmente concedidos e a reversão de pontos expirados na receita líquida.

z) Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

Os seguintes novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos, aplicáveis à Companhia, foram emitidos pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1 de janeiro de 2013.

- IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações financeiras consolidadas – A IFRS 10 substituiu o SIC 12 e a IAS 27 e inclui uma nova definição de controle que se aplica às demonstrações financeiras quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A Companhia avaliou se a conclusão sobre a consolidação de suas subsidiárias pelo IFRS 10 é diferente da adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 27 e SIC 12.. A Companhia concluiu que a adoção do IFRS 10 não altera a consolidação de suas subsidiárias e, portanto não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

- IFRS 11 / CPC 19 (R2): Negócios em conjunto – A IFRS 11 substituiu o SIC 13 e IAS 31 e se aplica aos negócios e contratos controlados em conjunto. De acordo com essa norma, negócios e contratos controlados em conjunto com outros acionistas são classificados como negócios em conjunto. O tratamento contábil dependerá da classificação do negócio em conjunto celebrado, podendo ser reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (*joint ventures*), ou pela consolidação de seus interesses em ativos, passivos, receitas e despesas contribuídos à operação em conjunto (*joint operation*). A Companhia avaliou se a conclusão sobre o tratamento contábil dado aos negócios em conjunto que participa pelo IFRS 11 é diferente da adotada pela Companhia em 1 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, conforme IAS 31 e SIC 13. O reconhecimento contábil para as operações em conjunto segundo o IFRS 11 é o mesmo tratamento contábil adotado para as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não há impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pela adoção do IFRS 11.
- IFRS 12 / CPC 45: Divulgação de participações em outras entidades – IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessas participações. As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atendem aos requisitos do IFRS 12.
- IFRS 13 / CPC 46: Mensuração do valor justo – a IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). As divulgações incluídas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 atendem aos requisitos do IFRS 13.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e vigentes que impactam significativamente o resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Normas publicadas ainda não vigentes

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos, e o reconhecimento do valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo como “Outros resultados abrangentes” observando certos critérios. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia fará revisão detalhada de seus passivos financeiros registrados ao valor justo para avaliar os efeitos resultantes de sua adoção.
- Alterações a IAS 32 - Instrumentos Financeiros - Apresentação (CPC 39) – adiciona orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

O IASB emitiu esclarecimentos e alterações para as normas e interpretações de IFRS. A seguir descrevemos as principais emendas:

- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento - definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separada, além de requerimentos de divulgação. Esta alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeitos como resultado de sua adoção.
- IAS 36 – Impairment de ativos (CPC 01) – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.
- IAS 39 – Impairment de ativos – adiciona orientações esclarecendo que não há necessidade de descontinuar “*hedge accounting*” se o instrumento derivativo for renovado, desde que certos critérios sejam atingidos. Essa alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.
- IFRIC 21 - Taxas – fornece orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de uma taxa imposta pelo governo, passando a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, e a Companhia está avaliando os impactos de divulgação quando de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – a Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e das condições dos contratos, que retêm a totalidade dos riscos e das recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

b) *Redução ao valor recuperável - "impairment"*

Conforme método divulgado na nota 4 i), a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às Unidades Geradoras de Caixa - UGC (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGC's com um múltiplo de venda (15% a 30%), representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGC's com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2;
- Passo 2: Preparamos fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de Vendas entre 6,6% e 6,7% para os próximos 5 anos. A taxa de desconto utilizada foi 10,8%.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (10,8% em 31 de dezembro de 2012), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,5% (6,7% em 31 de dezembro de 2012). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A marca do atacado de Autosserviço refere-se a "ASSAI", e as marcas do eletro referem-se a "PONTO FRIO" e "CASAS BAHIA". Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpetuo de 6,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,4% para marca "ASSAI", 0,7% para o "PONTO FRIO" e 0,9% para "CASAS BAHIA".

c) *Impostos sobre a renda*

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

c) *Impostos sobre a renda* - Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia e de suas subsidiárias resultam em um benefício fiscal de R\$793.633 em 31 de dezembro de 2013 (R\$796.771 em 31 de dezembro de 2012). Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização conforme definido em lei é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício, e referem-se à Companhia e às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A nota explicativa nº 22 fornece outros detalhes sobre impostos.

d) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, ele é determinado usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

e) *Pagamentos baseados em ações*

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis a remuneração baseada em ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento baseado em ações estão evidenciados na nota explicativa nº 27 (f).

f) *Provisão para demandas judiciais*

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos, vide nota explicativa nº 24. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração da Companhia concluiu que as provisões para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

g) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A subsidiária Via Varejo possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda sobre esta carteira é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido através da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses.

h) *Impostos a Recuperar*

A Companhia e suas subsidiárias tem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e Cofins. A realização destes impostos é efetuada tendo-se como base as projeções de crescimento, questões operacionais e consumo de créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota 12 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa (a)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e contas bancárias		115.112	230.183	343.114	490.616
<u>Aplicações financeiras:</u>					
Itaú BBA	100,9%	527.521	370.448	778.881	1.430.672
Itaú - Fundo Delta	101,6%	5.115	706.458	181.384	1.831.692
Banco do Brasil	100,8%	206.246	722.665	1.425.957	1.376.813
Bradesco	101,0%	824.736	684.409	2.051.130	1.496.352
Santander	102,0%	322.548	61.744	995.568	62.692
CEF	101,0%	99.031	3.046	732.424	4.104
Votorantim	102,3%	101.436	2.196	439.082	5.850
Safrá	101,7%	356.477	83.873	645.197	337.682
Credit Agricole	102,4%	127.731	-	362.996	-
BNP	101,1%	105.100	-	279.469	-
Outros	(b)	60.167	25.309	131.974	49.778
		2.851.220	2.890.331	8.367.176	7.086.251

(a) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são substancialmente operações compromissadas, remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias.

(b) Referem-se a aplicações financeiras automáticas ao final de cada mês.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Administradoras de cartões de crédito (a)	82.554	146.114	144.227	276.262	421.384	454.648
Tickets de vendas	98.849	124.845	92.810	148.101	181.253	176.917
Financiamento ao consumidor - CDCI (b)	-	-	-	2.249.407	2.078.439	1.937.410
Vendas a crédito - cheques pré-datados	2.076	2.537	984	3.018	4.004	4.010
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	-	18.394	30.016	49.106
Contas a receber - FIDCs	-	-	928.225	-	-	2.558.726
Cartão de crédito próprio	13.545	22.356	19.214	13.539	22.360	19.214
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 13 a)	105.047	192.430	197.758	-	-	-
Ajuste a valor presente (c)	-	-	-	(7.264)	(5.488)	(10.823)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (d)	(2.600)	(81)	-	(228.733)	(189.492)	(210.970)
Contas a receber de fornecedores	13.000	4.441	53.934	18.205	8.663	121.840
Outras contas a receber de clientes	-	-	-	24.737	94.940	11.864
Circulante	312.471	492.642	1.437.152	2.515.666	2.646.079	5.111.942
Financiamento ao consumidor – CDCI (b)	-	-	-	125.219	117.487	117.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	-	-	-	(10.320)	(8.988)	(6.998)
Não circulante	-	-	-	114.899	108.499	110.785
	312.471	492.642	1.437.152	2.630.565	2.754.578	5.222.727

(a) Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias vendem os recebíveis de cartão de crédito para bancos ou administradoras de cartões de crédito sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada para obtenção de capital de giro.

Tendo em vista a reestruturação dos fundos de recebíveis utilizados anteriormente para cessão de crédito das contas a receber com cartões de crédito, descritas na nota explicativa nº 9, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas subsidiárias venderam seus recebíveis de operadoras de cartão de crédito no valor de R\$29.698.080 (R\$27.090.485 em 31 de dezembro de 2012), diretamente a operadoras ou bancos, sem qualquer direito de regresso ou obrigação relacionada.

(b) Financiamento ao consumidor - CDCI - Via Varejo

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses.

A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (vide nota explicativa nº 19).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber – Continuação

(c) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária Via Varejo, nas operações da bandeira “Casas Bahia” considera avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 essas taxas eram, em média, de 0,72% ao mês (0,72% ao mês em 31 de dezembro de 2012).

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
No início do exercício	(81)	-	(198.480)	(217.968)
Provisão registrada no exercício	(2.729)	(81)	(475.857)	(324.462)
Baixas de contas a receber	210	-	435.284	343.950
No fim do exercício	(2.600)	(81)	(239.053)	(198.480)
Circulante	(2.600)	(81)	(228.733)	(189.492)
Não circulante	-	-	(10.320)	(8.988)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2013	2.869.618	2.565.483	162.755	56.635	36.265	48.480
31.12.2012	2.953.058	2.775.925	91.796	32.820	21.823	30.694

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fundos de securitização de recebíveis

Devido a mudanças na política de desconto de recebíveis, foram negociadas mudanças nos fundos de recebíveis anteriormente existentes.

Desta forma, como GPA não tem mais qualquer participação no atual Multicredit FIDC e nenhuma obrigação de absorver qualquer um dos riscos esperados dos ativos do fundo, o Fundo deixou de ser consolidado em 26 de dezembro de 2012.

- a) PAFIDC: Alteração no regulamento do PAFIDC aprovada na Assembleia Geral de Quotistas de 21 de dezembro de 2012, na qual a Companhia deixou de possuir qualquer participação ou obrigação com o Fundo. O Fundo teve sua razão social alterada, passando a se denominar Multicredit FIDC e deixou de deter, exclusivamente, recebíveis de GPA.

Desta forma, como GPA não tem mais qualquer participação no atual Multicredit FIDC e nenhuma obrigação de absorver qualquer um dos riscos esperados dos ativos do fundo, o Fundo deixou de ser consolidado em 26 de dezembro de 2012.

- b) Globex FIDC: As operações de desconto de recebíveis com cartão de crédito através do Globex FIDC foram encerradas em 14 de dezembro de 2012, em comum acordo com os quotistas Sênior.

Desta forma, as quotas seniores foram pagas aos quotistas pelo Fundo e em 31 de dezembro de 2012, remanesceu no Fundo saldo de caixa e obrigações em contrapartida a quotas subordinadas que foram integralmente resgatadas, concluindo assim o processo de liquidação do Fundo, durante o primeiro trimestre de 2013.

Com esta reestruturação a Companhia e a Via Varejo passaram a realizar a operação de venda de recebíveis, conforme descrito na nota explicativa nº 8 (a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	16.609	11.345	55.320	78.821
Verba cooperada com fornecedores (b)	-	-	20.556	51.939
Adiantamento de aluguel	12.521	7.839	41.616	10.396
Valores a receber - Audax	7.491	-	13.028	-
Valores a ressarcir	25.871	12.274	106.269	93.100
Contas a receber por serviços prestados	-	-	2.366	5.127
Aluguéis a receber	15.455	13.110	22.346	17.630
Contas a receber - Paes Mendonça (a)	-	-	514.615	484.008
Rede Duque (nota 15)	-	-	49.255	-
Outras	1.281	2.313	31.932	26.849
	79.228	46.881	857.302	767.870
Circulante	47.890	21.141	227.367	211.473
Não circulante	31.338	25.740	629.935	556.397

(a) Contas a receber - Paes Mendonça.

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são atualizadas monetariamente (Índice Geral de Preço de Mercado - IGP-M) e garantidas por direitos de locação comercial ("Fundo de Comércio") de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, Novasoc, Sendas e pela Xantocarpa. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, os quais vencem em 2014 e foram mantidas no ativo não circulante devido a sua possibilidade de conversão em fundo de comércio das lojas alugadas.

(b) Verba cooperada a receber de fornecedores

A verba cooperada a receber de fornecedores é decorrente do atendimento a volume de compras, proteção de preços, bem como parte de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade.

Em 30 de junho de 2013, a Via Varejo alterou a negociação com os fornecedores de mercadorias e serviços para que a liquidação destes valores ocorra através de redução do saldo a pagar. Dessa forma, a verba cooperada com fornecedores no montante de R\$ 58.508 foi classificada em 31 de dezembro de 2013 na conta de fornecedores. A reclassificação não altera os saldos de 31 de dezembro de 2012, uma vez que os novos contratos foram assinados em 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Lojas	1.425.069	1.288.127	3.597.410	2.890.345
Centrais de distribuição	796.061	892.962	2.914.980	3.021.882
Estoques em construção (c)	-	-	172.280	172.280
Bonificações nos estoques (a)	(43.131)	(40.251)	(78.830)	(99.453)
Provisão para obsolescência/perdas e quebras (b)	(12.390)	(8.141)	(52.016)	(53.126)
	2.165.609	2.132.697	6.553.824	5.931.928
Circulante	2.165.609	2.132.697	6.381.544	5.759.648
Não circulante	-	-	172.280	172.280

(a) Bonificações nos estoques

A Companhia apropria ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem à bonificação se realiza.

(b) Provisão para obsolescência/perdas e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
No início do exercício	(8.141)	(6.780)	(53.126)	(75.809)
Adições	(11.219)	(5.132)	(64.898)	(59.311)
Baixas	6.970	3.771	66.008	81.994
No fim do exercício	(12.390)	(8.141)	(52.016)	(53.126)

(c) Estoques em construção

O valor dos estoques se refere a unidades imobiliárias em construção contabilizadas pelo seu valor justo, que foi calculado na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, definido com base no valor de mercado das unidades imobiliárias recebidas, observado em transações comparáveis no mercado.

A receita de permuta refere-se à transação na qual GPA M&P cedeu terrenos em troca de unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue e Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no andar térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e incorporação estão sendo efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. A receita de permuta corresponde ao valor justo do terreno permutado líquido do seu custo contábil. A entrega das unidades do empreendimento Thera ocorrerá no prazo de 52 meses a partir de 18 de dezembro de 2011, o empreendimento Figue ocorrerá em 29 meses a partir de 4 de abril de 2012 e para os empreendimentos Classic e Carpe Diem a entrega ocorrerá entre 36 e 48 meses a partir de 11 de novembro de 2012. A receita de vendas e o contas a receber são reconhecidos de forma líquida como receita diferida (nota 26) e quando da entrega do imóvel, o ganho líquido desta transação será reconhecido ao resultado, levando em consideração o saldo dos estoques.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Circulante				
ICMS (a)	98.360	129.898	769.086	686.554
PIS/COFINS a recuperar	4.142	21.752	20.242	34.741
Imposto de renda sobre aplicação financeira	43.112	36.381	50.864	70.157
Imposto de renda e contribuição social	2.420	3.889	31.031	47.842
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	-	30.796	29.338
Outros	-	1.794	5.964	2.389
Total circulante	148.034	193.714	907.983	871.021
Não circulante				
ICMS (a)	279.457	150.333	1.088.787	1.000.076
PIS/COFINS a recuperar	-	-	254.228	150.713
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	71.423	67.318	86.006	80.853
Não circulante	350.880	217.651	1.429.021	1.231.642
	498.914	411.365	2.337.004	2.102.663

(a) A realização do ICMS ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano (*)	98.360	769.086
2015	75.549	438.035
2016	65.123	280.797
2017	67.934	294.104
2018	26.959	28.861
2019	27.844	29.809
2020	16.048	17.181
	377.817	1.857.873

(*) Projeção de realização não considera novos créditos que serão gerados.

Desde o ano de 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo, baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização destes produtos se findará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar - Continuação

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém Centros de Distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que se dá em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A Companhia vem realizando tais créditos com a autorização para compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação, pela obtenção de Regime Especial, e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados, foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Cientes</u>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	36.386	41.395	-	-
Sé Supermercados	13.166	91.009	-	-
Sendas Distribuidora	49.856	55.121	-	-
Barcelona	2.577	1.865	-	-
Via Varejo	2.197	1.858	-	-
Nova Pontocom (xii)	865	1.182	-	-
	105.047	192.430	-	-
<u>Fornecedores</u>				
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	681	287	-	-
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial	20.234	14.627	-	-
Sé Supermercados	2.235	4.526	-	-
Sendas Distribuidora	44.417	12.883	-	-
Barcelona	2.957	2.809	-	-
Xantocarpa	1.356	590	-	-
Via Varejo	3.151	1.936	-	-
Nova Pontocom (xii)	928	1.127	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC	10.904	10.905	12.897	13.673
Dunnhumby (xxi)	-	20	-	20
<i>Negócios em conjunto:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	-	62.487
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Grupo Diniz (iii) (*)	1.706	1.726	1.811	1.858
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)	101	2.418	285	3.949
Globalfruit	44	759	44	759
BMS Import	-	1.200	-	1.976
Bravo Café	224	212	225	213
Fazenda da Toca Ltda. (xiv) (*)	185	548	205	560
Sykué Geração Energia (*)	-	127	-	341
Indigo Distribuidora	120	373	406	381
	89.243	57.073	15.873	86.217

(*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo, conforme nota explicativa nº 1 (a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas – Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Vendas</u>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial (ix)	367.091	359.134	-	-
Sé Supermercados (ix)	67.541	838.015	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	388.556	367.007	-	-
Barcelona (ix)	213	1.591	-	-
Via Varejo (xi)	210	-	-	-
Nova Pontocom (xii)	625	-	-	-
Nova Casa Bahia	175	19	-	-
Outros	118	-	-	-
	824.529	1.565.766	-	-
<u>Compras</u>				
<i>Controladas:</i>				
Novasoc Comercial (ix)	5.304	7.377	-	-
Sé Supermercados (ix)	1.888	10.510	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	242.978	47.490	-	-
Nova Pontocom (xii)	-	19	-	-
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A.	1.992	1.895	-	-
<i>Negócios em conjunto:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	438.284	449.392
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Globalbev Bebidas e Alimentos (*)	7.021	14.746	7.840	17.465
Globalfruit	4.171	3.288	4.298	3.289
Bravo Café	1.224	1.604	1.224	1.615
Sykué Geração de Energia (vii) (*)	10.273	14.714	21.249	24.563
Fazenda da Toca Ltda. (xiv) (*)	4.536	6.128	5.617	6.958
BMS Import.	-	1.369	-	1.369
Indigo Distribuidora	3.171	2.620	3.374	3.352
	282.558	111.760	481.886	508.003

(*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo, conforme nota explicativa nº 1 (a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas – Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ativo				
<i>Controlador:</i>				
Casino (i)	2.738	6.258	3.404	6.258
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	80.890	56.046	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	82.485	1.262.060	-	-
Xantocarpa	21.873	21.069	-	-
Nova Pontocom (xii)	259.553	24.557	-	-
GPA M&P	25.808	20.501	-	-
Vancouver (xvii)	28.229	83.848	-	-
Via Varejo	-	806	-	-
Posto Duque - Salim Maluf (ix)	980	453	-	-
Posto GPA - Santo André (ix)	503	170	-	-
Posto Duque - Loja Conveniência (ix)	-	109	-	-
Posto GPA - Império (ix)	1.416	477	-	-
Posto Duque - Lapa (ix)	651	343	-	-
Posto GPA - Ciara (ix)	816	340	-	-
Vedra	20	20	-	-
Barcelona (ix)	105.000	-	-	-
Outros	349	8	-	-
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	134.112	103.236
Administradores da Nova Pontocom (vi)	34.307	37.082	34.307	37.082
Audax SP (x)	-	22.335	-	22.335
Audax Rio (x)	-	3	-	6.957
Rede Duque (xix)	-	-	158	472
Instituto Grupo Pão de Açúcar	3	3	-	3
Outros	857	2.079	855	2.077
	646.478	1.538.567	172.836	178.420
Passivo				
<i>Controladas:</i>				
Sé Supermercados (ix)	1.410.685	1.246.051	-	-
Barcelona (ix)	430.549	621.580	-	-
Via Varejo (xi)	339.862	332.609	-	-
Bellamar	16.867	14.283	-	-
P.A. Publicidade	19.863	11.775	-	-
Posto Duque – Loja Conveniência (ix)	9	-	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	6.180	4.033	9.012	1.742
<i>Negócios em conjunto:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	-	62.439
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	23.609	-
Fundo Península (ii)	-	15.756	-	16.218
	2.224.015	2.246.087	32.621	80.399

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas – Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receitas (Despesas)				
<i>Controladoras:</i>				
Casino (i)	(12.056)	(5.511)	(12.056)	(5.511)
Wilkes Participações (xvi)	(2.124)	(2.803)	(2.124)	(2.803)
<i>Controladas:</i>				
Novasoc (ix)	9.362	8.713	-	-
Sé Supermercados (ix)	2.447	22.272	-	-
Sendas Distribuidora (ix)	42.393	53.694	-	-
<i>Coligadas:</i>				
FIC (iv)	16.927	17.027	15.482	19.272
Dunnhumby (xx)	(585)	(807)	(585)	(807)
<i>Negócios em conjunto:</i>				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (xiii)	-	-	-	(115)
<i>Outras partes relacionadas:</i>				
Fundo Península (ii)	(112.377)	(148.897)	(112.377)	(156.707)
Grupo Diniz(iii) (*)	(14.878)	(18.974)	(14.878)	(18.974)
Sykué Consultoria em Energia Ltda. (viii) (*)	(464)	(869)	(1.019)	(2.120)
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	(223.917)	(152.033)
Administradores da Nova Pontocom (vi)	3.054	2.873	3.054	2.873
Axialent Consultoria (xviii) (*)	(4)	(2.394)	(4)	(2.394)
Habile Segurança e Vigilância Ltda.	-	-	(7.324)	(30.117)
Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio (xxi)	(516)	(8.400)	(516)	(8.400)
Audax SP (x)	(11.754)	(13.172)	(11.754)	(13.172)
Audax Rio (x)	(2.406)	-	(7.790)	(13.834)
Instituto Grupo Pão de Açúcar	(7.300)	(7.792)	(7.902)	(7.833)
	(90.281)	(105.040)	(383.710)	(392.675)

(*) Os saldos foram apresentados até a data do término do acordo, conforme nota explicativa nº 1 (a).

As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

- (i) *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$1.818 mil. Esse contrato foi aprovado na AGE ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- (ii) *Fundo Península*: 60 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc e 1 imóvel com a Barcelona. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1a, o Fundo Península deixou de ser considerado parte relacionada desde setembro de 2013.
- (iii) *Grupo Diniz*: locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para Sendas. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1a, o Grupo Diniz deixou de ser considerado parte relacionada desde setembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas – Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

(iv) *FIC*: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infraestrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados “desconto financeiro”); (iii) receitas de aluguel de imóveis; e (iv) convênio de rateio de custos.

(v) *Casa Bahia Comercial Ltda.*: a Via Varejo possui contas a receber referente ao “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo, GPA e CB, que garante à Via Varejo o direito de reembolso, pela CB, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas pela Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010 (vide xi).

Adicionalmente, além da Via Varejo e seu então negócio em conjunto até 31 de outubro de 2013 – Bartira, a CB têm contratos de aluguéis de 312 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB.

(vi) *Administradores da Nova Pontocom*: em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom, um mútuo no valor de R\$10.222 (31 de dezembro de 2013) bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$24.085 (31 de dezembro de 2013), ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018.

(vii) *Sykué Geração de Energia*: aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1.a, a *Sykué Geração de Energia* deixou de ser considerada parte relacionada desde setembro de 2013.

(viii) *Sykué Consultoria em Energia Ltda.*: prestação de serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica dos custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre) e assessoria regulatória junto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, CCEE e ONS. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1.a, a *Sykué Consultoria em Energia* deixou de ser considerada parte relacionada desde setembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas – Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

- (ix) *Novasoc, Sé Supermercados, Sendas Distribuidora, Barcelona, Posto Duque Salim Maluf, Posto GPA Santo André, Posto GPA Império, Posto Duque Lapa, Posto GPA Ciara e Duque Conveniências*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros, bem como contratos de operação mercantil, comissão mercantil e mútuos.
- (x) *Audax*: valores de mútuo aos clubes de futebol Audax SP e Audax Rio, além do suporte financeiro na formação de atletas profissionais. GPA e terceiros assinaram no dia 14 de setembro de 2013 um acordo vinculante para ceder de forma definitiva a manutenção e gestão do AUDAX SP e do AUDAX RIO. O acordo possuía algumas condições precedentes que foram satisfeitas e os contratos definitivos foram assinados em novembro de 2013. O saldo remanescente foi reclassificado para a conta “Outras contas a receber”, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.
- (xi) *Via Varejo*: a entidade possui um saldo a pagar referente “Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação” entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010 (vide v), bem como contrato de comissão mercantil.
- (xii) *Nova Pontocom*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico e outros e de mútuos remunerados a 105% do CDI.
- (xiii) *Indústria de Móveis Bartira Ltda.*: valores decorrentes de despesas com infraestrutura e compra e venda de mercadorias.
- (xiv) *Fazenda da Toca Ltda.*: Contrato de Fornecimento de ovos orgânicos, laranja convencional, sucos orgânicos e etc. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1.a, a Fazenda da Toca deixou de ser considerada parte relacionada desde setembro de 2013.
- (xv) *Duque Comércio e Participações Ltda. e Posto de Serviços 35 Ltda.*: contrato de Opção de Compra e Venda de Quotas (Posto Vereda Tropical, Rebouças e Barueri), vide nota explicativa nº15.(ii).
- (xvi) *Wilkes*: comissões pagas referentes aos contratos de empréstimos da Companhia em que a Wilkes é fiadora.
- (xvii) *Vancouver*: valores transferidos pela controladora para futuro aumento de capital.
- (xviii) *Axialent Consultoria*: contrato de prestação de serviços de consultoria em recursos humanos. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1.a, a *Axialent* deixou de ser considerada parte relacionada desde setembro de 2013.
- (xix) *Rede Duque*: representa contrato de mútuo entre Vancouver e os postos de combustíveis Vereda Tropical, Rebouças e Barueri.
- (xx) *Dunnhumby*: Contrato de Prestação de Serviços de Gestão das Informações. A partir de julho de 2013 a Companhia deixou de ter participação (2%) na Dunnhumby, renegociando acordo operacional.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas – Continuação

a) Vendas, compras de mercadorias, serviços e outras operações – Continuação

- (xxi) *Pão de Açúcar S.A. Indústria e Comércio*: contrato de cessão temporária de equipamentos. Devido ao acordo descrito na nota explicativa nº 1 (a), o Pão de Açúcar S.A Indústria e Comércio deixou de ser considerado parte relacionada desde setembro de 2013.

b) Remuneração da Administração e do Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e Conselho Fiscal, que foram registradas na demonstração do resultado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram as seguintes:

Em relação à remuneração total em 31 de dezembro de 2013				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de opção de compra de ações	Total
Conselho de administração (*)	6.569	-	-	6.569
Diretoria	13.227	19.014	11.373	43.614
Conselho fiscal	504	-	-	504
	20.300	19.014	11.373	50.687

Em relação à remuneração total em 31 de dezembro de 2012				
	Salário base	Remuneração variável	Plano de opção de compra de ações	Total
Conselho de administração (*)	7.924	-	-	7.924
Diretoria	17.002	23.051	20.662	60.715
Conselho fiscal	486	-	-	486
	25.412	23.051	20.662	69.125

(*) Remuneração de acordo com o número de participações em reuniões.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos

a) Composição dos investimentos

	Controladora											
	Sé	Sendas	Novasoc	Via Varejo (a)	Nova Pontocom	NCB (a)	Barcelona	Bellamar	GPA M&P	API SPE	Outros	Total
Saldos em 31.12.2011	1.880.279	34.737	55.177	1.381.880	30.436	856.504	-	-	13.334	15.488	33.302	4.301.137
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	10.065	1.060	68	11.193
Cisão	(515)	(504)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.019)
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	749	749
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)	(7)
Incorporação	628.077	292.336	(5.445)	-	-	-	698.954	199.538	11.313	-	-	1.824.773
Equivalência patrimonial	272.800	30.863	42.385	168.087	1.134	(35.847)	-	-	120.043	(348)	4.588	603.705
Dividendos a receber	-	-	-	(2.458)	-	-	-	-	-	-	-	(2.458)
Ganho/ (perda) participação acionária	(2.837)	-	(210)	1.086	415	-	-	-	-	-	-	(1.546)
Saldos em 31.12.2012	2.777.804	357.432	91.907	1.548.595	31.985	820.657	698.954	199.538	154.755	16.200	38.700	6.736.527
Adições	-	1.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	58.750	1.158.750
Equivalência patrimonial	7.144	93.226	35.922	396.027	(10.711)	7.591	83.090	33.206	(435)	(15)	9.527	654.572
Dividendos a receber	-	-	-	(204.548)	-	-	(41.277)	-	-	-	-	(245.825)
Ganho/ (perda) participação acionária (b)	-	-	(1.283)	(179.676)	4.566	(353.497)	85	-	-	-	31	(529.774)
Saldos em 31.12.2013	2.784.948	1.550.658	126.546	1.560.398	25.840	474.751	740.852	232.744	154.320	16.185	107.008	7.774.250

(a) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto ao investimento contábil devido nesta subsidiária.

(b) Efeitos nesta linha estão representados pela transação com Nova Pontocom 1 (f) no montante de R\$27.895, efeitos da oferta de ações de Via Varejo de R\$562.402 (item ii abaixo) e outros de R\$1.335.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos – Continuação

a) Composição dos investimentos – Continuação

	Consolidado			
	FIC	BINV	Bartira (i)	Outros
Saldos em 31.12.2011	233.068	19.722	86.872	460
Adições	-	-	-	4
Equivalência patrimonial	10.245	575	-	(1)
Dividendos a receber	(11.473)	(1.553)	-	-
Ganho participação acionária	24.510	-	-	-
Saldos em 31.12.2012	256.350	18.744	86.872	463
Equivalência patrimonial	46.594	716	-	-
Dividendos a receber	(13.139)	(200)	-	-
Alteração participação societária	-	-	(86.872)	-
Saldos em 31.12.2013	289.805	19.260	-	463

(i) Mais-valia de investimento mantido na Bartira

Refere-se à mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela Via Varejo de 25% do capital social da Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de “*Income Approach*”, considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliado e quantificado na forma de fluxo de caixa. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre CB e a Companhia.

Com a aquisição da controlada Bartira, este valor foi reclassificado para o ágio, e foi efetuada nova mensuração da participação, anteriormente detida de 25%, também contra ágio, auferindo um ganho de R\$71.364, conforme nota explicativa nº 15 (b).

(ii) Oferta pública de ações

Em 27 de dezembro de 2013 foi encerrada a Oferta Pública Secundária de Certificados de Depósitos de Ações, *Units* (cada *Unit* é composta por uma ação ordinária e duas ações preferenciais), da Via Varejo. Considerado o lote suplementar, foi distribuído um total de 123.696.984 (cento e vinte e três milhões, seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e quatro) *Units*, perfazendo R\$ 2.845.030.

A Companhia alienou um total de 38.991.441 (trinta e oito milhões, novecentas e noventa e um mil, quatrocentas e quarenta e uma) *Units*, pelo valor de R\$ 896.803, de forma que sua participação em Via Varejo foi reduzida para 62,25% das ações ordinárias e 43,35% do capital total. Os ingressos pela venda de participação foram contabilizados contra patrimônio líquido, por se tratar de uma transação com não controladores, deduzido do Imposto sobre a renda sobre o ganho de capital, custos de transação e baixa dos investimentos relacionados. O efeito líquido no patrimônio líquido decorrente desta transação foi de R\$199.598.

Ainda, nos termos das Cláusulas 4.1.3 e 10.1.4.2 do Acordo de Acionistas, foi verificada a Pulverização Mínima Suficiente, assim considerada cumulativamente, o preenchimento das seguintes condições: (i) o Grupo CB (representado pelos Srs. Samuel Klein, Michael Klein, Eva Lea Klein, e empresas veículo) alienou mais do que 23,64% das ações de sua propriedade representativas do capital social da Via Varejo; e (ii) o total de ações em circulação da Via Varejo alcançou patamar superior a 20% do capital total. Na presente data, o Grupo CB possui 27,31% das ações representativas do capital da Via Varejo e o *free float* da Via Varejo alcançou 29,34% do capital total.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimentos – Continuação

a) Composição dos investimentos – Continuação

(ii) Oferta pública de ações - Continuação

Consequentemente, o Grupo CB perdeu alguns direitos, tais como: (i) a permanência de Michael Klein como Presidente do Conselho de Administração da Via Varejo; (ii) a anuência do Grupo CB em reunião prévia para manifestação de voto da Via Varejo em Assembleias Gerais de sua subsidiária Nova Pontocom ou pelos membros do Conselho de Administração da Nova Pontocom, indicados pela Via Varejo, com relação a determinadas matérias; (iii) o Direito de Migração; (iv) a Opção de Compra do GPA; e (v) a Opção de Compra do Grupo CB. Além disso, nos termos da Cláusula 4.1.2 do Acordo de Acionistas, com a redução de sua participação, o Grupo CB passa a indicar somente 2 membros do Conselho de Administração da Via Varejo.

Os custos da transação, no total de R\$88.996, líquido de imposto de renda, foram integralmente assumidos pela Via Varejo, conforme termos do Acordo de Acionistas, e registrados diretamente ao Patrimônio Líquido.

15. Combinação de negócios

a) Aquisição da Rede Duque

Contexto da operação

Em 2009, a Companhia assinou Contrato de Terceirização de Gestão (“Contrato de Gestão”) com Rede Duque, por um prazo de 20 anos, em que a Companhia exerceria a gestão operacional e financeira de 39 postos de combustíveis da rede, por meio de sua subsidiária Vancouver em troca de remuneração sobre o resultado destes postos.

Em 28 de maio de 2012, o Contrato de Gestão foi rescindido e, como parte deste acordo de rescisão, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, a Vancouver adquiriu a totalidade das ações de cinco postos (“Postos Adquiridos”) e se associou com a Rede Duque em outros três postos por meio da aquisição de ações representando 95% de seu capital social (“Postos da Associação”), com posterior opção de compra a ser exercida por Rede Duque (“Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas”).

(i) Aquisição dos 5 Postos

Por meio do Contrato de Compra e Venda de Quotas, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de seis empresas que eram parte de Rede Duque, e exploravam cinco postos de combustíveis (uma das empresas explora a atividade de loja de conveniência em um dos postos adquiridos).

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição dos cinco postos de Rede Duque

Nos termos do Contrato de Gestão, a Companhia e Vancouver haviam adiantado, a título de utilização das marcas do GPA nos postos e de exclusividade na gestão dos postos, o montante de R\$30.000, cuja liberação estava condicionada a certos eventos. Este montante foi utilizado como parte no pagamento de aquisição dos Postos Adquiridos, acrescido de pagamento adicional de R\$10.000, totalizando preço de aquisição de R\$40.000.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios – Continuação

a) Aquisição da Rede Duque - Continuação

(i) Aquisição dos 5 Postos - Continuação

Ágio apurado na aquisição

A Companhia completou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, a alocação do preço de compra e a mensuração do ágio, sendo contabilizado de forma definitiva pela Companhia.

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle dos Postos Adquiridos; e (ii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou um ágio no montante de R\$38.702.

(ii) Associação dos 3 postos

Por meio do Contrato de Assunção de Dívida, celebrado na mesma data entre a Companhia, Vancouver e Rede Duque, a Vancouver assumiu dívidas bancárias de Rede Duque no montante de R\$50.000. Na mesma data, as partes celebraram o Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pelo qual a Vancouver adquiriu aproximadamente 95% das ações dos Postos da Associação, que operavam três postos de combustíveis com receita líquida aproximada de R\$3.500, mediante a cessão de parte dos créditos de Vancouver contra a Rede Duque, adquiridos em decorrência da assunção de dívida ora referida. A gestão dos postos adquiridos permanecerá com Rede Duque, e a Companhia terá vetos de proteção.

Ainda por meio do acordo, foi celebrado o Contrato de Opção de Compra e de Venda de Quotas, pelo qual a Vancouver outorgou à Rede Duque uma opção de compra de suas quotas representativas do capital social dos Postos da Associação, exercível em um ano, pelo montante de R\$50.000 atualizados monetariamente desde a assinatura por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais a partir do início de 2014.

Em 18 de novembro de 2013, Rede Duque confirmou o exercício da opção de compra pelo valor atualizado de R\$ 56.952 (R\$7.697 de valor presente sobre os recebíveis), valor este transferido para "Outras Contas a receber", conforme nota explicativa nº 10.

b) Aquisição de Bartira

Até 31 de outubro de 2013, Via Varejo e a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") eram sócias em Bartira, com participações de 25% e 75%, respectivamente. Desde a associação entre a Companhia e CB (1º de novembro de 2010), a Companhia detinha uma opção de compra dos 75% remanescentes, com janela de exercício entre 3 e 6 anos da associação.

Esta opção era calculada usando-se o método Black & Scholes, usando volatilidade de 28% e taxa livre de risco de 5,8% a.a., resultando em valor justo na data do exercício de R\$314.456 (R\$306.739 em 31 de dezembro de 2012). Até a data de exercício esta opção era registrada como instrumento financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios – Continuação

b) Aquisição de Bartira - Continuação

Em 31 de outubro de 2013 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou o exercício da opção de compra da participação remanescente em Bartira ("Opção de Compra") pela controlada Via Varejo, seguido pelo envio de notificação do exercício a CB em 1 de novembro de 2013. A transferência das quotas do capital social de Bartira foi realizada em 2 de dezembro de 2013. O preço pago de exercício da opção de compra em 1 de novembro de 2013 foi de R\$ 212.273. Após a transação, a controlada Via Varejo detém a totalidade do capital social de Bartira.

A partir da data de notificação a CB, Via Varejo passou a deter direitos substantivos sobre Bartira, sendo 1 de novembro de 2013 definida com a data da combinação de negócios.

Imediatamente anterior à data da combinação de negócios, a controlada Via Varejo detinha 25% de participação em Bartira. O valor justo da participação detida foi mensurado ao seu valor justo na data de aquisição, conforme definido no IFRS 3 (R), CPC 15 (R1), através do método do fluxo de caixa descontado, e monta R\$175.676. O valor justo da remensuração do investimento anteriormente detido comparado ao valor contábil do investimento resultou em um ganho no valor de R\$71.364, apresentado na rubrica "Outras despesas e receitas operacionais".

Dessa forma, a contraprestação transferida para a consecução da combinação de negócios é determinada por (i) o preço de exercício da opção de compra no valor de R\$212.273; (ii) o valor justo da opção de compra detida pela Companhia imediatamente anterior a combinação de negócios no valor de R\$314.456; e (iii) a remensuração à valor justo do investimento anteriormente detido no valor de R\$175.576.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de Bartira, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios – Continuação

b) Aquisição de Bartira - Continuação

	<u>01/11/2013</u>
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	980
Estoques	50.925
Imposto de renda diferido	4.142
Outros	39.862
Imobilizado	138.516
Intangível	82.383
Ativos adquiridos	316.808
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(18.676)
Materiais e serviços	(62.388)
Provisão para contingências	(119.178)
Outros	(17.951)
Passivos assumidos	(218.193)
Ativos líquidos identificáveis	98.615
Contraprestação transferida	212.273
Valor justo da opção de compra detida	314.457
Valor justo da participação anteriormente detida	175.576
Ágio gerado na aquisição	603.691

Para fins da demonstração de fluxo de caixa consolidada, o valor pago deve ser deduzido do caixa líquido adquirido. Sendo assim, o valor apresentado será R\$212.273 reduzido de 75% do equivalente de caixa da Bartira, o que totaliza R\$211.538. O ágio gerado na aquisição foi integralmente alocado no segmento eletro.

Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra

A aquisição de controle da Bartira foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o CPC 15 (IFRS 3R). Em cumprimento a este pronunciamento, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 1 de novembro de 2013 nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios. A Companhia não espera que exista mudanças significativas na avaliação dos ativos líquidos adquiridos e dos intangíveis já identificados.

Os resultados de Vendas da Bartira são eliminados contra o Custo das Mercadorias Vendidas, uma vez que as vendas são 100% com Via Varejo. Efeitos remanescentes consolidados não são significativos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

a) Controladora

	Saldo em:			Incorporação			Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	(*)	Baixas	Transferências	31.12.2012
Terrenos	806.089	91.288	-	40.010	-	219.899	1.157.286
Edifícios	1.960.871	13.591	(59.721)	51.314	(5.547)	5.444	1.965.952
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.096.368	71.765	(80.045)	68.683	(1.217)	233.763	1.389.317
Máquinas e equipamentos	513.805	170.285	(101.655)	37.709	(5.131)	70.473	685.486
Instalações	110.421	20.735	(12.105)	7.646	(594)	11.232	137.335
Móveis e utensílios	208.921	71.927	(27.716)	13.265	(1.880)	(2.751)	261.766
Veículos	18.700	14.342	(5.175)	1.750	(10.740)	1.168	20.045
Imobilizado em andamento	259.165	413.380	-	2.101	(33)	(564.297)	110.316
Outros	36.196	40.290	(9.215)	2.819	(69)	(31.763)	38.258
	5.010.536	907.603	(295.632)	225.297	(25.211)	(56.832)	5.765.761
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>							
Equipamentos de informática	42.472	-	(12.142)	-	-	-	30.330
Edifícios	21.605	-	(942)	-	-	-	20.663
	64.077	-	(13.084)	-	-	-	50.993
Total	5.074.613	907.603	(308.716)	225.297	(25.211)	(56.832)	5.816.754

	Saldo em:	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em:
	31.12.2012					31.12.2013
Terrenos	1.157.286	35.486	-	(4.929)	10.625	1.198.468
Edifícios	1.965.952	38.339	(62.346)	(22)	(13.221)	1.928.702
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.389.317	21.879	(103.556)	(2.778)	208.716	1.513.578
Máquinas e equipamentos	685.486	216.019	(124.927)	(15.153)	4.222	765.647
Instalações	137.335	19.073	(14.422)	(112)	14.032	155.906
Móveis e utensílios	261.766	70.631	(37.195)	(2.074)	344	293.472
Veículos	20.045	9.374	(4.563)	(6.939)	-	17.917
Imobilizado em andamento	110.316	239.334	-	(211)	(218.379)	131.060
Outros	38.258	18.731	(11.121)	(72)	(7.941)	37.855
	5.765.761	668.866	(358.130)	(32.290)	(1.602)	6.042.605
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	30.330	-	(10.604)	(7.109)	-	12.617
Edifícios	20.663	-	(1.070)	-	-	19.593
	50.993	-	(11.674)	(7.109)	-	32.210
Total	5.816.754	668.866	(369.804)	(39.399)	(1.602)	6.074.815

(*) Refere-se a reestruturação societária descrita na nota explicativa nº 1c)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado – Continuação

a) Controladora – Continuação

	Saldo em 31.12.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.198.468	-	1.198.468	1.157.286	-	1.157.286
Edifícios	2.770.650	(841.948)	1.928.702	2.748.229	(782.277)	1.965.952
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.649.493	(1.135.915)	1.513.578	2.419.833	(1.030.516)	1.389.317
Máquinas e equipamentos	1.701.269	(935.622)	765.647	1.541.610	(856.124)	685.486
Instalações	364.411	(208.505)	155.906	333.717	(196.382)	137.335
Móveis e utensílios	668.947	(375.475)	293.472	610.406	(348.640)	261.766
Veículos	27.158	(9.241)	17.917	30.208	(10.163)	20.045
Imobilizado em andamento	131.060	-	131.060	110.316	-	110.316
Outros	92.988	(55.133)	37.855	82.188	(43.930)	38.258
	9.604.444	(3.561.839)	6.042.605	9.033.793	(3.268.032)	5.765.761
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	31.687	(19.070)	12.617	58.703	(28.373)	30.330
Edifícios	34.448	(14.855)	19.593	34.447	(13.784)	20.663
	66.135	(33.925)	32.210	93.150	(42.157)	50.993
Total	9.670.579	(3.595.764)	6.074.815	9.126.943	(3.310.189)	5.816.754

b) Consolidado

	Saldo em:			Aquisição de Subsidiária(**)	Saldo em:		
	31.12.2011	Adições	Depreciação		Baixas	Transferências	31.12.2012
Terrenos	948.170	97.051	-	-	-	219.543	1.264.764
Edifícios	2.115.548	14.184	(65.466)	-	(8.070)	234	2.056.430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.797.492	255.018	(150.389)	5	6.669	335.065	2.243.860
Máquinas e equipamentos	919.182	280.694	(187.381)	531	(14.030)	108.682	1.107.678
Instalações	265.700	39.405	(36.464)	320	(2.963)	19.336	285.334
Móveis e utensílios	437.406	123.170	(64.966)	34	(9.910)	8.637	494.371
Veículos	266.871	25.649	(36.109)	29	(41.015)	14.365	229.790
Imobilizado em andamento	341.547	567.275	-	83	(391)	(703.883)	204.631
Outros	81.309	47.714	(18.455)	-	(307)	(30.733)	79.528
	7.173.225	1.450.160	(559.230)	1.002	(70.017)	(28.754)	7.966.386
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>							
Equipamentos	27.941	-	(3.819)	-	(433)	(469)	23.220
Hardware	105.085	3.177	(30.005)	-	982	17	79.256
Instalações	861	-	(110)	-	(26)	320	1.045
Móveis e utensílios	10.147	-	(1.388)	-	(246)	223	8.736
Veículos	14.064	-	(102)	-	(3.793)	86	10.255
Edifícios	26.927	-	(1.328)	-	-	1	25.600
	185.025	3.177	(36.752)	-	(3.516)	178	148.112
Total	7.358.250	1.453.337	(595.982)	1.002	(73.533)	(28.576)	8.114.498

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado – Continuação

b) Consolidado – Continuação

	Saldo em:			Aquisição de			Saldo em:
	31.12.2012	Adições	Depreciação	Subsidiária (**)	Baixas	Transferências	31.12.2013
Terrenos	1.264.764	141.565	-	-	(4.929)	10.482	1.411.882
Edifícios	2.056.430	42.863	(66.470)	-	116	(16.487)	2.016.452
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.243.860	369.587	(172.877)	113	(12.870)	359.529	2.787.342
Máquinas e equipamentos	1.107.678	376.046	(231.462)	117.522	(45.335)	119.985	1.444.434
Instalações	285.334	55.048	(31.306)	3.105	(153)	13.843	325.871
Móveis e utensílios	494.371	140.312	(63.862)	10.949	(7.577)	(46.683)	527.510
Veículos	229.790	15.865	(19.795)	597	(46.316)	(13.560)	166.581
Imobilizado em andamento	204.631	445.867	-	9.039	(394)	(450.183)	208.960
Outros	79.528	36.287	(21.700)	(19.249)	(111)	(7.348)	67.407
	7.966.386	1.623.440	(607.472)	122.076	(117.569)	(30.422)	8.956.439
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>							
Equipamentos	23.220	(3)	(2.906)	-	(11)	(682)	19.618
Hardware	79.256	-	(28.899)	-	(8.106)	1.392	43.643
Instalações	1.045	-	(123)	-	-	12	934
Móveis e utensílios	8.736	-	(1.067)	-	(9)	60	7.720
Veículos	10.255	-	(57)	-	(7.201)	(1.894)	1.103
Edifícios	25.600	-	(1.457)	-	-	-	24.143
	148.112	(3)	(34.509)	-	(15.327)	(1.112)	97.161
Total	8.114.498	1.623.437	(641.981)	122.076	(132.896)	(31.534)	9.053.600

O saldo da coluna de transferência está impactado principalmente por: (i) pela aquisição de ativos intangíveis que permanecem em andamento até sua capitalização e (ii) transferência de imobilizado no montante de R\$30.190, relativo aos ativos das lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativas 1(e).

(**) A aquisição de subsidiária está relacionada a aquisição da controlada Bartira, conforme nota explicativa 15 (b).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado – Continuação

b) Consolidado – Continuação

	Saldo em 31.12.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.411.882	-	1.411.882	1.264.764	-	1.264.764
Edifícios	2.921.600	(905.148)	2.016.452	2.906.108	(849.678)	2.056.430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.396.106	(1.608.764)	2.787.342	3.698.557	(1.454.697)	2.243.860
Máquinas e equipamentos	2.809.446	(1.365.012)	1.444.434	2.243.454	(1.135.776)	1.107.678
Instalações	630.753	(304.882)	325.871	567.033	(281.699)	285.334
Móveis e utensílios	1.033.295	(505.785)	527.510	981.198	(486.827)	494.371
Veículos	231.440	(64.859)	166.581	300.629	(70.839)	229.790
Imobilizado em andamento	208.960	-	208.960	204.631	-	204.631
Outros	158.512	(91.105)	67.407	152.264	(72.736)	79.528
	13.801.994	(4.845.555)	8.956.439	12.318.638	(4.352.252)	7.966.386
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	36.473	(16.855)	19.618	37.051	(13.831)	23.220
Hardware	182.516	(138.873)	43.643	152.194	(72.938)	79.256
Instalações	1.858	(924)	934	1.859	(814)	1.045
Móveis e utensílios	15.147	(7.427)	7.720	14.897	(6.161)	8.736
Veículos	1.746	(643)	1.103	12.800	(2.545)	10.255
Edifícios	43.403	(19.260)	24.143	43.401	(17.801)	25.600
	281.143	(183.982)	97.161	262.202	(114.090)	148.112
Total	14.083.137	(5.029.537)	9.053.600	12.580.840	(4.466.342)	8.114.498

c) Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado, dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº 24.(h).

d) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$24.630 (R\$17.205 em 31 de dezembro de 2012). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 104,6% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado – Continuação

e) Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Adições (i)	668.866	907.603	1.623.437	1.453.337
Arrendamentos financeiros (ii)	-	-	-	(3.177)
Juros capitalizados	(16.413)	(15.738)	(24.630)	(17.205)
Financiamento de imóveis – Adições (ii)	(66.384)	(124.004)	(128.652)	(124.004)
Financiamento de imóveis - Pagamentos (ii)	123.404	-	185.672	-
Total	709.473	767.861	1.655.827	1.308.951

(i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

(ii) As adições de imobilizado acima estão compostas de forma que demonstramos somente as aquisições pagas no ano. Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de imobilizado realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$40.607 (R\$139.742 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e R\$32.390 (R\$144.386 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, referente a aquisições de imobilizado realizadas por intermédio de arrendamentos mercantis financeiros e aquisição de imóveis (incluindo terrenos) de forma parcelada, por não envolver, na data de aquisição, desembolso de caixa. Os pagamentos são relacionados aos imóveis adquiridos por parcelamento cujo vencimento é inferior a 90 dias da data de aquisição.

f) Outras informações

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$36.927 (R\$33.882 em 31 de dezembro de 2012) na controladora e de R\$78.020 (R\$82.571 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

A Companhia não identificou indícios sobre os itens de seu ativo imobilizado que requeressem uma provisão para não recuperação do valor recuperável em 31 de dezembro de 2013.

g) Testes de recuperação de ativos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa. A unidade geradora de caixa consistia nos ativos das lojas de cada um dos segmentos do Grupo. Para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, os fluxos de caixa foram descontados à taxa de 10,8% antes dos impostos sobre a renda.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis

a) Controladora

	Saldo em:						Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Incorporação (*)	Baixas	Transferências	31.12.2012
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	191.160	-	-	173.133	(300)	(8.581)	355.412
Fundo de Comércio – varejo (e)	17.600	-	-	-	-	17.302	34.902
Softwares e implantação (h)	447.895	25.512	(68.486)	114	(7)	128.993	534.021
	840.436	25.512	(68.486)	173.247	(307)	137.714	1.108.116

	Saldo em:	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em:
	31.12.2012					31.12.2013
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	(4.717)	179.064
Ágio - varejo	355.412	-	-	-	-	355.412
Fundo de Comércio - varejo (e)	34.902	6.610	-	-	-	41.512
Softwares e implantação (h)	534.021	96.891	(78.537)	(1.203)	(5)	551.167
	1.108.116	103.501	(78.537)	(1.203)	(4.722)	1.127.155

	Saldo em 31.12.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - eletro	179.064	-	179.064	183.781	-	183.781
Ágio - varejo	1.073.990	(718.578)	355.412	1.073.990	(718.578)	355.412
Fundo de Comércio - varejo (e)	41.512	-	41.512	34.902	-	34.902
Softwares e implantação (h)	832.123	(280.956)	551.167	823.449	(289.428)	534.021
	2.126.689	(999.534)	1.127.155	2.116.122	(1.008.006)	1.108.116

b) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.12.2012
Ágio - atacado de autosserviços	361.567	-	-	-	-	361.567
Ágio - eletro	296.664	-	-	-	(57)	296.607
Ágio - varejo	717.070	38.777	-	(300)	(8.582)	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.218	41	-	-	-	2.015.259
Fundo de Comércio - eletro (e)	613.484	-	(8.050)	(579)	3.442	608.297
Fundo de Comércio - varejo (e)	17.600	-	-	-	17.302	34.902
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	-	-	-	-	10.000	10.000
Relacionamento de clientes - eletro	18.562	-	(6.282)	-	-	12.280
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	134.932	-	(73.738)	-	-	61.194
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	201.002	-	(51.864)	-	-	149.138
Software(h)	524.623	84.402	(98.180)	(800)	130.663	640.708
Total intangível	4.939.361	123.220	(238.114)	(1.679)	152.768	4.975.556

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis – Continuação

b) Consolidado – Continuação

	Saldo em:			Aquisição de Subsidiária	Saldo em:		
	31.12.2012	Adições	Amortização		Baixas	Transferências	31.12.2013
Ágio - atacado de autosserviços	361.567	-	-	-	-	-	361.567
Ágio – eletro	296.607	603.691	-	-	-	(4.716)	895.582
Ágio – varejo	746.965	-	-	-	-	-	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	-	-	-	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.015.259	-	-	45.818	-	-	2.061.077
Fundo de Comércio - eletro (e)	608.297	-	(7.559)	-	-	(23.597)	577.141
Fundo de Comércio - varejo (e)	34.902	8.100	-	-	-	-	43.002
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	10.000	18.842	-	-	-	-	28.842
Relacionamento de clientes – eletro (i)	12.280	-	(6.282)	-	-	-	5.998
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	61.194	-	(61.194)	-	-	-	-
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	149.138	-	(47.145)	35.937	-	-	137.930
Software(h)	640.708	184.162	(96.749)	471	(1.240)	(189)	727.163
Software CL	-	81.266	(4.515)	-	-	-	76.751
Total intangível	4.975.556	896.061	(223.444)	82.226	(1.240)	(28.502)	5.700.657

O saldo da coluna de transferência está impactado pelo montante de R\$28.312, relativo à parcela do ágio e fundo de comércio eletro, respectivamente, sobre as lojas que deverão ser alienadas, conforme nota explicativa nº1(e).

	Saldo em 31.12.2013			Saldo em 31.12.2012		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - atacado de autosserviços	371.008	(9.441)	361.567	371.008	(9.441)	361.567
Ágio – eletro	895.582	-	895.582	296.607	-	296.607
Ágio - varejo	1.848.403	(1.101.438)	746.965	1.848.402	(1.101.437)	746.965
Marcas - atacado de autosserviços (d)	38.639	-	38.639	38.639	-	38.639
Marcas - eletro (d)	2.061.077	-	2.061.077	2.015.259	-	2.015.259
Fundo de Comércio - eletro (e)	635.557	(58.416)	577.141	663.565	(55.268)	608.297
Fundo de Comércio - varejo (e)	43.002	-	43.002	34.902	-	34.902
Fundo de Comércio - atacado de autosserviços (e)	28.842	-	28.842	10.000	-	10.000
Relacionamento de clientes – eletro (i)	34.268	(28.270)	5.998	34.268	(21.988)	12.280
Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira (f)	221.214	(221.214)	-	221.214	(160.020)	61.194
Contrato de aluguel vantajoso - NCB (g)	292.040	(154.110)	137.930	256.104	(106.966)	149.138
Software (h)	1.093.451	(366.288)	727.163	1.003.604	(362.896)	640.708
Software CL	81.265	(4.514)	76.751	-	-	-
Total intangível	7.644.348	(1.943.691)	5.700.657	6.793.572	(1.818.016)	4.975.556

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação

c) Testes de não recuperação do ágio e de intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio decorrente de aquisição cujo saldo deixou de ser amortizado a partir de 01 de janeiro de 2008 com o objetivo de avaliar se ocorreram alterações no valor contábil dos ativos decorrentes de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e tecnológicas que poderiam indicar deterioração ou perda do valor recuperável (*Impairment*) para todas as Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”).

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios e licenças com vidas indefinidas foi alocado a quatro unidades geradoras de caixa, que também são segmentos operacionais que divulgam informações, sendo Varejo, Eletro, Atacado de Autosserviços e Comércio Eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para os próximos três anos. A taxa de desconto antes dos impostos sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 10,8% (10,8% em 31 de dezembro de 2012), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,5% (6,7% em 31 de dezembro de 2012). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

d) Marca

A marca do atacado de Autosserviço refere-se a “ASSAI”, e as marcas do eletro referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

O valor foi submetido a teste de recuperação de ativos através da metodologia de *Income approach - Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuros. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento perpétuo de 6,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,4% para marca “ASSAI”, 0,7% para o “PONTO FRIO” e 0,9% para “CASAS BAHIA”.

e) Fundo de Comércio

Os Fundos de Comércio foram alocados às Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. As UGCs foram submetidas ao teste recuperável de ativos através do fluxo de caixa descontado em 31 de dezembro de 2013 e não foram identificados ajustes.

f) Contrato de fornecimento vantajoso - Bartira

A Via Varejo possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Esse contrato apresenta condições vantajosas na aquisição de móveis para revenda, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi registrado por ocasião da combinação de negócio e foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurada a metodologia *Income Approach*.

A vida útil desse ativo foi definida como três anos, encerrando-se durante o ano de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis – Continuação

g) Contrato de aluguel vantajoso - NCB

Refere-se aos imóveis da CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objetos de arrendamento mercantil operacional em condições vantajosas realizados pela Via Varejo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicada a metodologia *Income Approach*. O ativo foi reconhecido por ocasião da combinação de negócios entre a CB e a Companhia.

A vida útil desse ativo foi definida como dez anos de acordo com o contrato de associação. Verificamos que as condições de mercado do momento da contratação não se deteriorou em relação a posição atual, desta forma, não há necessidade para provisão para redução ao valor recuperável desses ativos em 31 de dezembro de 2013.

h) Outros intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

i) Ativos intangíveis com vida útil definida

Contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

j) Adições ao ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Adições	103.501	25.512	896.061	123.220
Ágio	-	-	(603.691)	(38.777)
Demais contas a pagar (i)	(17.000)	-	(17.000)	-
Arrendamentos financeiros (ii)	-	-	(81.585)	-
Total	86.501	25.512	193.785	84.443

- (i) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de intangível realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$17.000 na controladora e R\$ 702.276 (R\$38.777 em 31 de dezembro de 2012) no consolidado, referente à aquisição de *software* realizada por intermédio de financiamento e ágio por não envolver, na data de aquisição, desembolso de caixa.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Fornecedores produtos	2.878.804	2.651.364	2.052.952	8.844.193	6.312.899	5.541.769
Fornecedores de serviços	189.216	140.033	473.960	489.671	455.420	740.000
Acordos comerciais (a)	(436.316)	(434.018)	(282.611)	(775.507)	(562.886)	(325.558)
Fornecedores outros	-	-	-	-	55.601	7.699
Ajuste a valor presente	-	-	-	(10.813)	(20.678)	(10.711)
	2.631.704	2.357.379	2.244.301	8.547.544	6.240.356	5.953.199

(a) Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de marketing conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento destes recebíveis se dá, conforme previsto contratualmente, pela compensação dos valores a pagar aos fornecedores.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos

a) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Circulante</u>				
<u>Debêntures (h)</u>				
Debêntures	1.033.189	554.918	1.250.205	674.003
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	-	(206)	-	(206)
Custo de captação	(4.714)	(4.756)	(5.312)	(5.353)
	1.028.475	549.956	1.244.893	668.444
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	90.587	90.863	110.911	113.236
IBM	-	-	23.817	5.100
Capital de giro (c)	679.517	154.896	822.070	155.196
Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI (c) (d)	-	-	2.726.425	2.498.997
Arrendamentos financeiros (nota explicativa nº 25)	28.124	66.863	56.330	83.054
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(12.384)	(11.210)	(12.384)	(11.210)
Custo de captação	(3.583)	(5.983)	(5.179)	(7.290)
	782.261	295.429	3.721.990	2.837.083
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	238.955	592.470	293.949	723.140
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(75.802)	(18.874)	(89.414)	(17.387)
Custo de captação	-	(129)	-	(130)
	163.153	573.467	204.535	705.623
Total do circulante	1.973.889	1.418.852	5.171.418	4.211.150

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos – Continuação

a) Composição da dívida – Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Não circulante</u>				
<u>Debêntures (h)</u>				
Debêntures	2.000.000	2.948.000	2.600.000	3.748.000
Custo de captação	(1.295)	(5.889)	(1.456)	(6.647)
	1.998.705	2.942.111	2.598.544	3.741.353
<u>Empréstimos e financiamentos</u>				
<u>Em moeda local</u>				
BNDES (e)	179.394	269.090	200.524	283.141
IBM	-	-	95.822	-
Capital de giro (c)	855.398	1.435.568	1.105.399	1.806.566
Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI (c) (d)	-	-	140.603	130.338
Arrendamentos financeiros (nota explicativa nº 25)	124.847	138.066	198.511	162.537
Contratos de swap (c), (g)	(11.742)	(35.221)	(11.742)	(35.221)
Custo de captação	(4.130)	(6.914)	(5.811)	(8.172)
	1.143.767	1.800.589	1.723.306	2.339.189
<u>Em moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	-	211.092	-	258.811
Contratos de swap (c), (g)	-	(50.456)	-	(58.249)
	-	160.636	-	200.562
<u>Total não circulante</u>	3.142.472	4.903.336	4.321.850	6.281.104

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	2.582.508	3.613.380
2016	102.346	136.046
2017	24.699	58.460
Após 2017	438.344	521.230
Subtotal	3.147.897	4.329.116
Custo de captação	(5.425)	(7.266)
Total	3.142.472	4.321.850

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos – Continuação

c) Financiamento do capital de giro, *swap* e crédito direto ao consumidor por interveniência – CDCI

Divida	Taxa*	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Moeda local</u>					
Banco do Brasil	11,63% a.a.	386.471	524.175	386.471	524.175
Banco do Brasil	105,66% do CDI	761.675	710.074	2.226.792	1.997.047
Bradesco	110,70% do CDI	-	-	605.975	887.730
Safra	106,25% do CDI	386.769	356.215	386.769	356.215
Safra	CDI + 0,85% a.a.	-	-	1.188.490	825.930
		1.534.915	1.590.464	4.794.497	4.591.097
Circulante		679.517	154.896	3.548.496	2.654.193
Não circulante		855.398	1.435.568	1.246.001	1.936.904
<u>Moeda estrangeira</u>					
Citibank	Libor USD + 1,45% a.a.	-	-	54.993	48.121
Itaú BBA	USD + 3,48% a.a.	238.199	597.583	238.199	597.583
Santander	USD + 0,65% a.a.	756	1.936	757	132.204
HSBC	USD + 2,40% a.a.	-	204.043	-	204.043
		238.955	803.562	293.949	981.951
Circulante		238.955	592.470	293.949	723.140
Não circulante		-	211.092	-	258.811
<u>Contratos de swap</u>					
Citibank	105% do CDI	-	-	(13.611)	(7.145)
Itaú BBA	100% do CDI	(75.803)	(34.067)	(75.803)	(34.067)
Banco do Brasil	102% do CDI	(24.125)	(46.432)	(24.126)	(46.432)
Santander	110,70% do CDI	-	-	-	839
Unibanco	104,96% do CDI	-	(206)	-	(206)
HSBC	99% do CDI	-	(35.262)	-	(35.262)
		(99.928)	(115.967)	(113.540)	(122.273)
Circulante		(88.186)	(30.290)	(101.798)	(28.803)
Não circulante		(11.742)	(85.677)	(11.742)	(93.470)
		1.673.942	2.278.059	4.974.906	5.450.775

(*) Taxa média ponderada ao ano.

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominados em moeda estrangeira ou local.

d) Crédito direto ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, entretanto são substancialmente inferiores a 12 meses. Os encargos financeiros médios cobrados são de 110,8% do CDI (111,40% em 31 de dezembro de 2012). Nesses contratos, a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados por instituições financeiras, tendo como garantia os direitos creditórios da Companhia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos – Continuação

e) BNDES

Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Data de emissão	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
3% a.a.	96	Set/13	Abr/23	-	-	2.715	-
3% a.a.	96	Out/13	Abr/23	-	-	135	-
3% a.a.	96	Dez/13	Abr/23	-	-	14	-
3% a.a.	96	Set/13	Mai/23	-	-	1.591	-
3% a.a.	96	Ago/13	Jul/23	-	-	955	-
TJLP + 2,3%	48	Jun/08	Jun/13	-	-	-	1.376
4,5% a.a.	11	Set/09	Nov/14	-	-	13	26
TJLP + 3,6%	60	Jul/10	Dez/16	246.102	328.120	246.102	328.120
4,5% a.a.	60	Fev/11	Dez/16	23.879	31.833	23.879	31.833
TJLP + 1,9%	30	Mai/11	Jun/14	-	-	5.643	16.930
TJLP + 1,9% a.a. acrescidas de 1% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	2.420	7.258
TJLP + 3,5% a.a. acrescidas de 1% a.a.	30	Mai/11	Jun/14	-	-	2.018	6.052
TJLP + 2,5% a.a.	24	Set/12	Ago/15	-	-	16.934	4.782
2,5% a.a.	96	Jun/13	Jan/23	-	-	8.083	-
3% a.a.	48	Out/13	Abr/18	-	-	209	-
3,5% a.a.	36	Nov/13	Set/18	-	-	329	-
3% a.a.	96	Nov/13	Jun/23	-	-	395	-
				269.981	359.953	311.435	396.377
Circulante				90.587	90.863	110.911	113.236
Não circulante				179.394	269.090	200.524	283.141

Os contratos de linha de créditos em moeda local, com o BNDES são, em certos casos, sujeitos à indexação baseada na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida das taxas de remuneração e do custo de captação, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência ou de taxa fixa anual.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) relação *Earnings Before Interest, Taxes Depreciation and Amortization* - EBITDA/dívida líquida igual ou maior que 0,35. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava adimplente com as cláusulas supramencionadas.

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fiança como garantia aos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM no montante de R\$115.000.

g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, pelo o Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas essas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgado na nota explicativa nº 20. A taxa média ponderada anual do CDI em 2013 era de 8,06% (8,40% em 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos – Continuação

h) Debêntures

	Tipo	Valor de Emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Controladora											
6ª emissão 1ª série - GPA	Sem preferência	540.000	-	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	-	-	184.278	-	184.278
6ª emissão 2ª série - GPA	Sem preferência	239.650	-	01/03/07	01/03/13	CDI + 0,5%	-	-	81.782	-	81.782
6ª emissão 1ª e 2ª séries - GPA	Swap de taxa de juros	779.650	-	01/03/07	01/03/13	104,96% do CDI	-	-	(206)	-	(206)
8ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	500.000	500	15/12/09	15/12/14	109,5% do CDI	402	200.812	401.042	200.812	401.042
9ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	610.000	610	05/01/11	05/01/14	107,7% do CDI	1.333	813.103	748.000	813.105	748.000
10ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	800.000	80.000	29/12/11	29/06/15	108,5% do CDI	10	800.323	873.669	800.323	873.669
11ª emissão Série única - GPA	Sem preferência	1.200.000	120.000	02/05/12	02/11/15	CDI + 1%	10	1.218.952	1.214.147	1.218.952	1.214.147
Subsidiárias											
3ª emissão Série única - Via Varejo	Sem preferência	400.000	40.000	30/01/12	30/07/15	CDI + 1%	10	-	-	416.854	413.624
1ª emissão - Série única - Nova Pontocom	Sem preferência	100.104	-	25/04/12	25/04/13	105,35% do CDI	-	-	-	-	105.461
1ª emissão - 1ª série – NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/12/14	CDI + 0,72%	10	-	-	200.080	200.000
1ª emissão - 2ª série – NCB	Sem preferência	200.000	20.000	29/06/12	29/01/15	CDI + 0,72%	10	-	-	200.080	200.000
Custo de captação								(6.010)	(10.645)	(6.769)	(12.000)
								3.027.180	3.492.067	3.843.437	4.409.797
Passivo circulante								1.028.475	549.956	1.244.893	668.444
Passivo não circulante								1.998.705	2.942.111	2.598.544	3.741.353

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Empréstimos e financiamentos – Continuação

h) Debêntures – Continuação

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	Quantidade de debêntures	Valor
Em 31 de dezembro de 2012	459.075	4.409.797
Juros e swap provisionados	-	352.683
Amortizações	(177.965)	(919.043)
Em 31 de dezembro de 2013	281.110	3.843.437

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia oferece o aval.

A forma de amortização dessas debêntures varia de acordo com a emissão. As seguintes modalidades de amortização são previstas: (i) pagamento exclusivo no vencimento (incluindo todas as séries da Nova Pontocom e a 9ª emissão da CBD); (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração anual (10ª emissão da CBD); (iii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (11ª emissão da GPA, 3ª emissão da Via Varejo e 1ª emissão da NCB), incorporada por Via Varejo; (iv) parcelas anuais (6ª série da CBD) e pagamentos semestrais a partir do 4º aniversário da emissão; e (v) pagamentos e remuneração semestrais a partir do 3º aniversário da emissão (8ª emissão da CBD).

As emissões 8ª, 9ª, 10ª e 11ª, têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão. A 6ª emissão, e a 3ª emissão da Via Varejo só poderão ser resgatadas a partir do 18º mês. As emissões da NCB, incorporadas por Via Varejo e da Nova Pontocom não preveem o resgate antecipado.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas, exceto no caso da Nova Pontocom. Esses índices são calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25 (efetivo em 31 de dezembro de 2013 foi de 0,34). Em 31 de dezembro de 2013, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando à manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.851.220	2.890.331	2.851.220	2.890.331
Contas a receber e outras contas a receber	391.699	539.523	391.699	539.523
Partes relacionadas - ativo (*)	646.478	1.538.567	646.478	1.538.567
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas - passivo (*)	(2.224.015)	(2.246.087)	(2.224.015)	(2.246.087)
Fornecedores	(2.631.704)	(2.357.379)	(2.631.704)	(2.357.379)
Financiamento por compra de ativo	(48.161)	(88.181)	(48.161)	(88.181)
Debêntures	(3.027.180)	(3.492.067)	(3.025.684)	(3.495.985)
Empréstimos e financiamentos	(1.571.396)	(1.631.170)	(1.641.991)	(1.723.551)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(517.785)	(1.198.951)	(517.785)	(1.198.951)
<u>Exposição líquida</u>	<u>(6.130.844)</u>	<u>(6.045.414)</u>	<u>(6.199.943)</u>	<u>(6.141.713)</u>
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<u>Ativos financeiros:</u>				
<u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	8.367.176	7.086.251	8.367.176	7.086.251
Aplicação financeiras avaliadas a valor justo	24.453	-	24.453	-
Contas a receber e outras contas a receber	3.487.867	3.522.448	3.535.048	3.526.179
Partes relacionadas - ativo (*)	172.836	178.420	172.836	178.420
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Opções de compra/venda	-	359.057	-	359.057
<u>Passivos financeiros:</u>				
<u>Custo amortizado</u>				
Partes relacionadas - passivo (*)	(32.621)	(80.399)	(32.621)	(80.399)
Fornecedores	(8.547.544)	(6.240.356)	(8.547.544)	(6.240.356)
Financiamento por compra de ativo	(48.161)	(88.181)	(48.161)	(88.181)
Debêntures	(3.843.437)	(4.409.797)	(3.839.608)	(4.402.206)
Empréstimos e financiamentos	(5.091.922)	(4.342.993)	(5.205.890)	(4.498.755)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	(557.909)	(1.739.464)	(557.909)	(1.739.464)
<u>Exposição líquida</u>	<u>(6.069.262)</u>	<u>(5.755.014)</u>	<u>(6.132.220)</u>	<u>(5.899.454)</u>

(*) As operações com partes relacionadas são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 20 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação da hierarquia dos ativos e passivos a valor justo está descrito na nota explicativa 20 (c).

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos a seguir:

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (vide nota explicativa nº 7).
- Contas a receber: o risco de crédito relativo ao contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito, e efetua operação de venda desses recebíveis junto aos bancos e administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover-se de capital de giro. Essa venda proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas financiadas CDCI são as vendas feitas através de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para concessão de financiamentos CDCI aos seus clientes, por meio de intermediação com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a Companhia tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores à 5% das contas a receber ou receitas, respectivamente.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente esse efeito.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

(iii) Risco da taxa de câmbio

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas subsidiárias utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos e financiamentos	5.116.361	6.322.188	9.493.268	10.492.254
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.851.220)	(2.890.331)	(8.367.176)	(7.086.251)
Dívida líquida	2.265.141	3.431.857	1.126.092	3.406.003
Patrimônio líquido	9.483.190	8.494.725	12.711.964	11.067.951
Patrimônio líquido e dívida líquida	11.748.331	11.926.582	13.838.056	14.473.954

(v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

a) Controladora

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.051.970	1.239.219	-	2.291.189
Debêntures	1.253.784	2.188.397	-	3.442.181
Instrumentos financeiros derivativos	(84.218)	(13.612)	-	(97.830)
Arrendamento mercantil financeiro	33.930	110.852	22.502	167.284
31 de dezembro de 2013	2.255.466	3.524.856	22.502	5.802.824

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	888.439	2.111.787	149.876	3.150.102
Debêntures	727.053	3.323.809	-	4.050.862
Instrumentos financeiros derivativos	(16.219)	(81.335)	-	(97.554)
Arrendamento mercantil financeiro	54.023	121.046	44.485	219.554
31 de dezembro de 2012	1.653.296	5.475.307	194.361	7.322.964

b) Consolidado

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	4.045.687	1.783.679	18.889	5.848.255
Debêntures	1.539.388	2.837.356	-	4.376.744
Instrumentos financeiros derivativos	(96.763)	(13.613)	-	(110.376)
Arrendamento mercantil financeiro	75.042	175.729	51.901	302.672
31 de dezembro de 2013	5.563.354	4.783.151	70.790	10.417.295

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	3.561.872	2.669.235	149.876	6.380.983
Debêntures	897.657	4.225.743	-	5.123.400
Instrumentos financeiros derivativos	(11.345)	(87.647)	-	(98.992)
Arrendamento mercantil financeiro	74.373	143.868	49.992	268.233
31 de dezembro de 2012	4.522.557	6.951.199	199.868	11.673.624

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

- (vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2013 o valor de referência dos contratos era de R\$460.300 (R\$1.144.050 em 31 de dezembro de 2012). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e, preferencialmente, realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a de 31 de dezembro de 2008 eram medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de swap de dívidas em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para conversão de taxas de juros fixas e moedas estrangeiras para real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Não existe saldo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 259.883 em 31 de dezembro 2012), e (ii) são primariamente relativos a debêntures, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (*caps*), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias - Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos – Continuação

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
<i>Swap</i> com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		460.300	1.144.050	679.662	1.506.413
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
Taxa prefixada	11,63% a.a.	260.000	377.000	385.104	521.575
US\$ + fixa	3,48% a.a.	200.300	767.050	293.768	996.538
		460.300	1.144.050	678.872	1.518.113
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	CDI 100,33% a.a.	(460.300)	(1.144.050)	(565.332)	(1.396.045)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	113.540	122.068
<i>Swap</i> sem contabilização de <i>hedge</i>					
<u>Posição ativa (comprada)</u>					
CDI + fixa	CDI+0,5% a.a.	-	259.883	-	266.276
		-	259.883	-	266.276
<u>Posição passiva (vendida)</u>					
	104,96% do CDI	-	(259.883)	-	(266.071)
Posição de <i>swap</i> líquida		-	-	-	205
Posição de <i>swap</i> líquida total		-	-	113.540	122.273

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de setembro de 2013 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$113.540 (R\$122.273 em 31 de dezembro de 2012) e está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos".

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

- a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos – Continuação

Os efeitos do *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 resultaram em um ganho de R\$54.031 (R\$87.584 em 31 de dezembro de 2012).

(vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, ambas divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais versus CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as informações contábeis intermediárias são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

- b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi desenvolvida para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados no item (vi) acima. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$2,41 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 9,66% ao ano.

No cálculo do valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e DI x lene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros – Continuação

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)

Operações	Risco	Projeção de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida à taxa prefixada	taxa prefixada	(426.998)	(426.998)	(426.998)
Swap (posição ativa a taxa prefixada)	taxa prefixada	427.064	427.064	427.064
	Efeito líquido	66	66	66
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(395.444)	(404.182)	(413.148)
Efeito líquido total			(8.738)	(17.704)

(ii) Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida - US\$	Aumento do US\$	(324.978)	(406.222)	(487.466)
Swap (posição ativa em US\$)	Queda do US\$	329.684	412.105	494.526
	Efeito líquido	4.706	5.883	7.060
Swap (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(254.979)	(256.454)	(257.905)
Efeito líquido total			(298)	(572)

(iii) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco	Projeções de mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Debêntures	CDI + 1%	(1.351.301)	(1.381.341)	(1.411.381)
Debêntures	108,27% do CDI	(2.156.078)	(2.204.008)	(2.251.939)
Debêntures - Via Varejo	100% CDI + 0,9%	(933.229)	(963.169)	(993.383)
Empréstimos bancários - CDB	102,51% do CDI	(1.292.172)	(1.320.897)	(1.349.623)
Arrendamento mercantil	100,18% do CDI	(143.704)	(146.898)	(150.093)
Arrendamento mercantil	IGP-DI + 6% a.a.	(35.967)	(36.766)	(37.566)
Arrendamento mercantil – Via Varejo	100% CDI	(18.020)	(18.379)	(18.736)
Empréstimos bancários Via Varejo	110,1% do CDI	(3.136.479)	(3.145.976)	(3.155.357)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(9.066.950)	(9.217.434)	(9.368.078)
Caixa e equivalentes de caixa	99,99 % do CDI (*)	9.174.629	9.378.584	9.582.539
Exposição líquida		107.679	161.150	214.461
Deterioração comparada com o cenário I			53.471	106.782
(*) média ponderada				

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

c) Mensurações de valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos financeiros a valor justo, conforme o CPC 46 ("IFRS13"), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

O CPC 39 ("IAS 32") define valor justo como um montante que um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras, em uma transação em que não há favorecidos. O CPC 40 ("IFRS 7") estabelece uma hierarquia do valor justo de três níveis:

- i. Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- ii. Nível 2 – *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preço) ou indiretamente (derivativos dos preços); e
- iii. Nível 3 – *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela abaixo apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo:

	31.12.2013	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)
Aplicações financeiras avaliadas a valor justo	24.453	24.453	-
Swaps de taxa de juros entre Moedas	89.414	-	89.414
Swaps de taxas de juros	24.126	-	24.126
Empréstimos e financiamentos	(671.449)		(671.449)
	(533.456)	24.453	(557.909)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

- As aplicações financeiras são classificadas no Nível 1, pois são caixa em dólar e sua cotação está disponível em mercado ativo;
- Os Swaps de taxa de juros e moeda estrangeira, empréstimos e financiamentos e debêntures são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura (conforme descrito no item a) (vii)).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto Descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Swaps cambiais								
registrados na CETIP (US\$ x CDI)	Santander	US\$57.471	16/04/2010	10/04/2013	-	(1.350)	-	(839)
	Citibank	US\$40.000	13/02/2012	13/02/2014	13.362	6.765	13.611	7.145
	Itaú Unibanco	US\$175.000	01/07/2010	07/06/2013	-	(18.281)	-	(16.389)
	Itaú Unibanco	US\$100.000	05/05/2011	16/04/2014	73.007	43.653	75.803	50.456
	HSBC	US\$95.847	29/04/2011	22/04/2013	-	34.119	-	35.264
Swaps taxa de juros								
registrados na CETIP (taxa prefixada x CDI)	Banco do Brasil	R\$117.000	23/12/2010	24/12/2013	-	4.746	-	11.210
	Banco do Brasil	R\$130.000	28/06/2010	06/06/2014	11.545	5.091	12.384	14.858
	Banco do Brasil	R\$130.000	28/06/2010	02/06/2015	10.943	4.706	11.742	20.363
	Itaú Unibanco	R\$779.650	25/06/2007	01/03/2013	-	132	-	205
					108.857	79.581	113.540	122.273

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros – Continuação

e) Opção de compra da Rede Duque

A opção de compra no valor de R\$50.000 é atualizada por 110% do CDI e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecido no resultado financeiro uma receita financeira de atualização no montante de R\$4.634 (R\$2.318 em 31 de dezembro de 2012), vide nota explicativa nº 15 (ii). O exercício foi efetuado em 18 de novembro de 2013.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

a) Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
PIS e COFINS a pagar	62.011	47.988	368.386	251.902
Provisão para imposto de renda e contribuição social	133.971	22.991	169.185	147.915
ICMS a pagar	29.987	24.906	226.644	233.154
Outros	3.619	5.623	59.949	17.790
	229.588	101.508	824.164	650.761
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (i)	1.112.780	1.248.158	1.188.312	1.327.115
INSS	-	-	13.323	13.740
Outros (ii)	14.731	18.043	15.512	19.056
	1.127.511	1.266.201	1.217.147	1.359.911
Circulante	365.382	248.680	968.462	806.129
Não circulante	991.717	1.119.029	1.072.849	1.204.543

(i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) - a Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento.

(ii) Outros - a Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

b) Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	135.796	144.011
2016	135.540	143.540
2017	135.029	142.848
2018	132.248	140.068
2019	127.280	135.100
Após 2019	325.824	367.282
	991.717	1.072.849

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.159.898	1.235.642	1.754.790	1.676.334
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(289.975)	(308.910)	(526.437)	(502.900)
Multas fiscais	(3.140)	(2.704)	(5.227)	(4.671)
Equivalência patrimonial	163.643	150.926	14.193	3.246
Recuperação/reversão de créditos	-	(17.275)	-	(17.275)
Reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos e créditos extemporâneos (*)	16.845	-	123.605	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	5.224	(6.498)	35.283	1.702
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(107.403)	(184.461)	(358.583)	(519.898)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Corrente	(42.781)	(144.941)	(269.493)	(326.550)
Diferido	(64.622)	(39.520)	(89.090)	(193.348)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(107.403)	(184.461)	(358.583)	(519.898)
Taxa efetiva	9,26%	14,93%	20,43%	31,01%

A CBD não paga contribuição social (9%) com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado.

(*) Valor se refere a impostos diferidos sobre opção de compra Bartira, que se realizou pelo exercício da opção em outubro de 2013 no montante de R\$106.760, além de créditos extemporâneos de imposto reconhecidos no exercício de R\$16.845.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Imposto de renda e contribuição social - Continuação

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Prejuízos fiscais	28.016	7.095	793.633	796.771
Provisão para demandas judiciais	151.125	97.666	301.686	269.390
Provisão para operações com instrumentos financeiros				
derivativos tributados pelo regime de caixa	1.793	25.014	5.997	22.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.004	1.375	81.731	75.394
Provisão para despesas correntes	-	-	63.576	49.557
Amortização fiscal de ágio	24.801	43.162	(395.564)	(270.666)
Ajuste a valor presente (AVP) Lei nº 11.638/07	779	441	(929)	1.320
Ajuste arrendamento mercantil Lei nº 11.638/07	5.331	7.158	(75.110)	(43.183)
Ajuste a marcação a mercado Lei nº 11.638/07	534	729	534	729
Mais-valia de ativos adquiridos na combinação de negócio	-	-	(808.318)	(986.701)
Inovação tecnológica realização futura	(20.708)	(11.722)	(20.708)	(11.722)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	(87.442)	-	(89.577)	-
Outras	14.636	14.573	32.954	37.969
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	120.869	185.491	(110.095)	(58.534)
Ativo não circulante	120.869	185.491	950.757	1.078.842
Passivo não circulante	-	-	(1.060.852)	(1.137.376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	120.869	185.491	(110.095)	(58.534)

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2014	10.431	263.875
2015	10.048	219.592
2016	12.800	59.587
2017	10.828	50.407
2018	76.762	357.296
	120.869	950.757

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Aquisição de sociedades

	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Aquisição de participação em Assai (a)	5.339	4.945
Aquisição de participação em Sendas (b)	171.465	216.277
	176.804	221.222
Passivo circulante	69.014	63.021
Passivo não circulante	107.790	158.201

- (a) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacado de autosserviços” para o Grupo.
- (b) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas em dezembro de 2010 equivalente a 42,57% do capital social à época pelo valor total de R\$377.000. Em 31 de dezembro de 2013 remanesciam três parcelas anuais, contabilizadas pelo valor presente, com previsão de atualização pelo IPCA, sendo a última amortização em julho de 2016.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis:

a) Controladora

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	126.498	75.543	34.881	236.922
Adições	-	8.456	46.510	26.377	81.343
Pagamentos	-	(1.987)	(21.513)	(1.512)	(25.012)
Reversões	-	(12.571)	(5.233)	(8.033)	(25.837)
Incorporação (*)	36.093	6.148	6.441	6.025	54.707
Atualização monetária	-	6.419	10.669	6.472	23.560
Saldo em 31 de dezembro de 2012	36.093	132.963	112.417	64.210	345.683
Adições	163.291	5.079	62.125	16.963	247.458
Pagamentos	-	(5.395)	(27.853)	(2.000)	(35.248)
Reversões	(3.519)	(69.775)	(10.705)	(18.198)	(102.197)
Atualização monetária	13.261	4.033	13.212	9.750	40.256
Saldo em 31 de dezembro de 2013	209.126	66.905	149.196	70.725	495.952

b) Consolidado

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	78.050	346.128	132.853	123.092	680.123
Adições	4.963	43.906	102.158	116.616	267.643
Pagamentos	-	(3.179)	(39.197)	(14.528)	(56.904)
Reversões	(947)	(36.454)	(33.547)	(113.218)	(184.166)
Atualização monetária	4.491	13.681	28.569	20.924	67.665
Saldo em 31 de dezembro de 2012	86.557	364.082	190.836	132.886	774.361
Adições	190.861	11.165	160.021	90.572	452.619
Pagamentos	(14.245)	(5.395)	(48.487)	(13.291)	(81.418)
Reversões	(56.210)	(37.204)	(45.529)	(64.493)	(203.436)
Atualização monetária	16.221	13.135	27.800	29.445	86.601
Aquisição de sociedade	7.116	98.816	12.822	41	118.795
Transferências	41.898	(41.898)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	272.198	402.701	297.463	175.160	1.147.522

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais – Continuação

c) Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, a Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2013 é de R\$91.898 (R\$86.557 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, em 2013 houve andamentos processuais relacionados a Compensações de Finsocial, COFINS e PIS, que levaram os nossos assessores legais a alterar sua estimativa de perda de possível para provável no montante de R\$173.184.

Fiscais e outros

Fiscais

A Companhia e suas subsidiárias têm outras demandas tributárias que após análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro; (iv) questionamentos relacionados a aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos estaduais; e (v) outros assuntos de menor expressão.

Durante o segundo trimestre de 2013, ocorreram eventos processuais que levaram a mudança na avaliação de risco provável para possível de um processo relacionado a Imposto de Renda no montante de R\$44.060.

O montante contabilizado em 31 de dezembro de 2013 para esses assuntos é de R\$100.094 (R\$173.687 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$38.509 (R\$31.529 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais – Continuação

c) Tributárias - Continuação

Outros

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. Em 31 de dezembro de 2013 o montante registrado é de R\$165.282 (R\$158.866 em 31 de dezembro de 2012) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados referem-se a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em virtude de créditos advindos de processos judiciais, e as compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

Contingência Bartira

Em consonância com a combinação de negócios da Bartira (nota 15), as contingências foram avaliadas pelo seu valor justo, conforme expresso pelo CPC 15 (IFRS 3R), cuja avaliação difere do CPC 25 (IAS17), norma utilizada para a avaliação das demais contingências. A principal matéria refere-se a possível insuficiência de documentação comprobatória de operações, que totaliza R\$ 95.310 entre imposto de renda, contribuição social, PIS, COFINS, IPI e ICMS.

d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha uma provisão de R\$297.463 (R\$177.698 em 31 de dezembro de 2012), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 0,19% acumulada em 31 de dezembro de 2013 (0,29% em 31 de dezembro de 2012) acrescidos de juros mensais de 1%.

Em 31 de dezembro de 2012 estavam constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios no montante de R\$13.138.

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais – Continuação

e) Cíveis e outros - Continuação

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2013, o montante da provisão para essas ações é de R\$42.791 (R\$36.112 em 31 de dezembro de 2012), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$68.694 em 31 de dezembro de 2013 (R\$43.769 em 31 de dezembro de 2012).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de dezembro de 2013 é de R\$175.160 (R\$132.886 em 31 de dezembro de 2012).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante atualizado de R\$7.630.694 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.706.171 em 31 de dezembro de 2012), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, cuja perda possível corresponde a R\$282.853 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 283.245 em 31 de dezembro de 2012). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, CSLL, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto de Renda na Fonte sobre Lucro Líquido -- ILL, IPI - A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão.

No quarto trimestre de 2012, a Companhia tomou ciência de Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil visando a cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2009, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago e oriundo de transações entre os acionistas Casino e Abílio Diniz. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão. No segundo trimestre de 2013, a Companhia foi autuada em relação aos anos-calendário 2010 e 2011. Não foi constituída provisão para esse caso, já que, na avaliação dos assessores legais da Companhia, as chances de perda são classificadas parte como possível R\$636.787 em 31 de dezembro de 2013 (R\$300.800 em 31 de dezembro de 2012) e parte como remota.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais – Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados – Continuação

Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$1.296.578 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 783.305 em 31 de dezembro de 2012)

- COFINS, PIS e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$982.419 de 31 de dezembro de 2013 (R\$1.076.782 em 31 de dezembro de 2012).
- ICMS - a Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº 17 do Estado de São Paulo; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$4.032.307 em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.599.179 em 31 de dezembro de 2012), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.
- Imposto sobre Serviço - ISS, Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis - ITBI e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$339.363 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 325.139 em 31 de dezembro de 2012) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a processos administrativos e ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e ações movidas contra a Companhia e suas subsidiárias no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, totalizando R\$697.174 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 638.521 em 31 de dezembro de 2012).

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco desses processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais.

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa de certas autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada a um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judicial desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2013 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$109milhões.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Provisão para demandas judiciais – Continuação

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo, valores referentes a depósito judicial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Tributárias	59.410	57.847	145.271	137.911
Trabalhistas	321.769	456.921	567.924	738.228
Cíveis e outras	45.834	33.607	101.995	76.155
Total	427.013	548.375	815.190	952.294

h) Garantias

<u>Ações</u>	Imóveis	Equipamentos	Carta de fiança	Total
Tributárias	831.887	32	4.989.192	5.821.111
Trabalhistas	7.195	3.046	70.939	81.180
Cíveis e outras	11.105	1.772	301.564	314.441
Total	850.187	4.850	5.361.695	6.216.732

O custo das garantias é aproximadamente 0,5% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

i) Medida Provisória 627/13

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória – MP 627 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória – RTT. A Companhia, apoiada por seus assessores externos, analisou os dispositivos desta MP, as implicações na opção antecipada e os impactos que poderiam gerar sobre as demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, concluindo que não há efeitos significativos a serem registrados em 31 de dezembro de 2013.

Esta análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a Lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

j) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Operações de arrendamento mercantil

a) Arrendamento operacional

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Valor bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Até 1 ano	404.944	354.816	1.270.330	931.204
De 1 ano a 5 anos	1.315.029	1.101.133	3.873.476	2.579.478
Mais de 5 anos	1.318.415	1.430.996	5.085.869	4.084.681
	3.038.388	2.886.945	10.229.675	7.595.363

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis referem-se ao período contratual do curso normal da operação.

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de dezembro de 2013, o montante da multa seria de R\$631.515 (R\$863.853 em 31 de dezembro de 2012).

(i) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	319.131	171.668	452.623	349.424
Pagamentos não contingentes	122.983	90.851	628.175	576.985

(ii) Cláusulas com opção de renovação ou reajuste

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de Inquilinato nº 12.122/10. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Aluguéis mínimos	339.762	268.251	462.892	433.161
Aluguéis contingentes	111.301	112.917	941.211	750.643
Aluguéis de subarrendamento (*)	(128.152)	(110.151)	(163.945)	(143.867)
	322.911	271.017	1.240.158	1.039.937

(*) Refere-se aos contratos de alugueis a receber das galerias comerciais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Operações de arrendamento mercantil - Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$482.543 em 31 de dezembro de 2013 (R\$369.699 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Passivo de arrendamento mercantil financeiro				
- pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	28.124	66.863	56.330	83.054
De 1 a 5 anos	97.587	110.065	142.857	127.283
Mais de 5 anos	27.260	28.001	55.654	35.254
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	152.971	204.929	254.841	245.591
Encargos futuros de financiamento	152.074	97.085	227.702	124.108
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	305.045	302.014	482.543	369.699

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	2.397	2.324	2.397	2.324

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Receitas antecipadas

A subsidiária Via Varejo recebeu antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*) para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Garantias complementares ou estendidas	30.000	-	471.586	513.003
Contrato Bradesco	-	-	11.395	-
Contrato de permuta	-	-	50.378	32.975
<i>Back lights</i>	-	-	37.027	17.807
	30.000	-	570.386	563.785
Circulante	-	-	114.749	92.120
Não circulante	30.000	-	455.637	471.665

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores sejam reconhecidos ao resultado pela fluência do prazo e pela *performance* financeira de cada contrato na seguinte proporção:

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	-	126.469
2016	-	93.425
2017	-	76.004
2018	-	57.197
2019	30.000	55.568
2020	-	46.974
	30.000	455.637

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2013, é representado por 264.453 (263.410 em 31 de dezembro de 2012) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e 164.773 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2013 (163.730 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ocorreram os seguintes aumentos no capital social:

- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1.088 mediante a emissão de 41 mil ações preferenciais.
- Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização da reserva especial de ágio no montante de R\$7.605 capitalizados sem a emissão de novas ações.
- Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital mediante a capitalização da reserva especial de ágio no montante de R\$30.420 mediante a emissão de 300 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$5.692 mediante a emissão de 237 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$4.091 mediante a emissão de 304 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$878 mediante a emissão de 26 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de outubro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$1.473 mediante a emissão de 44 mil ações preferenciais.
- Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de dezembro de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$3.018 mediante a emissão de 91 mil ações preferenciais.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido – Continuação

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

c) Reserva de capital - reserva especial de ágio

A reserva de capital foi gerada pela reestruturação societária realizada em 2006 consistindo na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398, representando um benefício tributário futuro por meio da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em AGE realizada em 27 de abril de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 200.905 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$ 40.180 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$ 160.725 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

Em AGE realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 38.025 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$ 7.605 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$ 30.420 foram capitalizados em proveito da Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2) – Pagamentos Baseados em Ações.

e) Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Nos termos das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: Silver e Gold, sendo que, a quantidade de opções Gold poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 36 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo Silver será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo "Gold" será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções "Silver", não sendo possível a outorga ou o exercício de opções "Gold" isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo "Silver" e "Gold" passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção "Silver" é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção "Gold" é variável, sendo estipulada na data da outorga a quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida.

O Comitê de *Stock Option* aprovou durante o ano de 2013, novos critérios para apuração do índice de redução e/ou aumento (reductor ou acelerador) da quantidade de opções outorgadas classificadas como "Gold" em cada série do Plano de Opção, de acordo com a análise do cumprimento do conceito do retorno sobre o capital investido (ROIC) para série A5 e *Return on Capital Employed* (ROCE) da CBD, a partir da Série A6, inclusive.

Não há um limite para a redução ou aceleração neste novo critério aprovado. No *vesting* da opção será calculado o ROIC/ROCE médio dos 3 últimos exercícios sociais, frente ao ROIC/ROCE determinado na outorga de cada série.

Como regra geral do Plano de Opção, que pode ser alterada pelo Comitê de *Stock Option* em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como "Silver". O exercício das opções classificadas como "Gold" ocorrerá no mesmo período, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de *Stock Option* no 35º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, de acordo com os critérios descritos acima.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção poderão ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções "Gold" são adicionais às opções "Silver" e, dessa forma, as opções "Gold" somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções "Silver".

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, devendo ser pago o preço de exercício em 1ª parcela devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2013 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 11.618 milhares de ações preferenciais para 15.500 milhares de ações preferenciais, um aumento de 3.882 milhares de novas ações preferenciais.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de ações			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2012									
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(668)	-	-
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(693)	-	-
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(257)	(2)	255
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(118)	(1)	63
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(59)	(11)	229
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(59)	(11)	229
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	(66)	(19)	441
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	(66)	(19)	441
						5.505	(3.770)	(77)	1.658

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de ações			
		1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por demissão	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2013									
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(512)	(2)	-
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(181)	(1)	-
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(140)	(14)	145
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(140)	(14)	145
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(171)	(25)	330
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(171)	(25)	330
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(26)	(16)	315
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(26)	(16)	315
						3.062	(1.367)	(113)	1.580

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano em 31 de maio de 2013 aprovou que não houve redução e/ ou aceleração referente à Série A4.

Em 31 de dezembro de 2013, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$105,33 para cada ação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

(i) Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA - Continuação

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2013 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2013	31.12.2012
Quantidade de ações	264.453	263.410
Saldo das séries outorgadas em vigor	1.580	1.658
Percentual máximo de diluição	0,60%	0,63%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,88% (0,81% em 31 de dezembro de 2012), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 28,91% em 31 de dezembro de 2013 (33,51% em 31 de dezembro de 2012) e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 10,86% em 31 de dezembro de 2013 (10,19% em 31 de dezembro de 2012). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2013 é de 1,46 anos (1,64 anos em 31 de dezembro de 2012). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$62,59 (R\$51,19 em 31 de dezembro de 2012).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor intrínseco agregado
Em 31 de dezembro de 2012				
Em aberto no início do exercício	1.963	16,90		
Outorgadas durante o exercício	1.052	32,08		
Canceladas durante o exercício	(64)	29,40		
Exercidas durante o exercício	(1.293)	16,46		
Em aberto no fim do exercício	1.658	26,40	1,64	106.168
Total a exercer em 31 de dezembro de 2012	1.658	26,40	1,64	106.168
Em 31 de dezembro de 2013				
Outorgadas durante o exercício	716	40,02		
Canceladas durante o exercício	(51)	36,43		
Exercidas durante o exercício	(743)	21,86		
Em aberto no fim do exercício	1.580	34,39	1,46	112.091
Total a exercer em 31 de dezembro de 2013	1.580	34,39	1,46	112.091

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

(i) Informações consolidadas planos de opções de compra de ações - GPA - Continuação

Em 31 de dezembro de 2013 não havia opções a serem exercidas.

O Pronunciamento Técnico CPC 10(R1) (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$42.715 (R\$45.022 em 31 de dezembro de 2012).

g) Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 17 de abril de 2013 foi aprovado o pagamento de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$165.987, correspondentes a R\$0,59 por ação ordinária e R\$0,65 por uma ação preferencial. O valor total dos dividendos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, incluindo o valor de R\$83.668 de dividendos antecipados, foi de R\$249.655, o que corresponde a R\$0,89 por ação ordinária e R\$0,98 por ação preferencial.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2013 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2013, no valor total de R\$33.110 sendo R\$0,13 por ação preferencial e R\$0,12 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 16 de junho de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de julho de 2013 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao segundo trimestre de 2013, no valor total de R\$33.150 sendo R\$0,13 por ação preferencial e R\$0,12 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 12 de agosto de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de outubro de 2013 foi aprovado o pagamento de dividendos intermediários, relativos ao terceiro trimestre de 2013, no valor total de R\$33.159 sendo R\$0,13 por ação preferencial e R\$0,12 por ação ordinária, nos termos da Política de Distribuição de Dividendos da Companhia. O pagamento dos dividendos foi realizado em 6 de novembro de 2013.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, calculados conforme demonstrado abaixo, considerando antecipações de dividendos aos seus acionistas no valor de R\$99.419, conforme acima, realizadas no exercício de 2013. O valor do dividendo a pagar em 31 de dezembro de 2013 é de R\$150.549 (R\$165.987 em 31 de dezembro de 2012), o qual corresponde a remuneração de R\$0,5353953452 por ação ordinária e R\$ 0,5889348797 por ação preferencial.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Patrimônio líquido – Continuação

g) Dividendos - Continuação

	Dividendos propostos	
	31.12.2013	31.12.2012
Lucro líquido do exercício	1.052.495	1.051.181
Reserva legal	(52.624)	(52.559)
Base de cálculo dos dividendos	999.871	998.622
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	249.968	249.655
Dividendos intermediários pagos	(99.419)	(83.668)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar do exercício	150.549	165.987
Dividendos mínimos obrigatórios de exercícios anteriores	931	520
Dividendos a pagar	151.480	166.507

h) Transações com não controladores

As movimentações no patrimônio líquido relacionado a parte de não controladores se refere, além do lucro do exercício atribuído, aos valores relacionadas a transações com acionistas não controladores que representaram o aumento de sua participação sobre o patrimônio líquido de empresas controladas. Entre as principais transações destacamos i) Oferta secundária de ações da Via Varejo, conforme nota explicativa nº 14 e ii) Aquisição de participação de Nova Pontocom.

Descrição	Não		Consolidado
	Controladora	Controladores	
<i>Oferta Publica de Ações Via Varejo (Nota 14 a ii)</i>			
Valor captado	896.803	-	896.803
Custo do Investimento e Custo de Transação	(562.527)	473.531	(88.996)
Imposto de renda sobre Ganho de Capital	(134.678)	-	(134.678)
Efeito líquido no Patrimônio Líquido	199.598	473.531	673.129
<i>Compra de participação NPC (1 f)</i>	(73.265)	23.617	(49.648)
Efeito das transações de capital	126.333	497.148	623.481

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	23.722.272	21.090.148	63.761.763	56.695.970
Prestação de serviços	126.452	113.557	1.315.985	1.270.592
Receita de permuta (nota 11 (c))	-	-	-	152.526
Serviços financeiros	-	-	1.212.343	897.560
Devoluções e cancelamento de vendas	(343.196)	(271.725)	(1.884.615)	(1.783.015)
	23.505.528	20.931.980	64.405.476	57.233.633
Impostos	(1.926.052)	(1.880.021)	(6.675.214)	(6.309.172)
Receita líquida	21.579.476	19.051.959	57.730.262	50.924.461

29. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Custo com estoques	(15.768.589)	(14.098.519)	(42.704.079)	(37.167.548)
Despesas com pessoal	(2.158.428)	(1.663.405)	(5.094.925)	(4.702.122)
Serviços de terceiros	(333.330)	(381.172)	(2.789.421)	(2.858.472)
Despesas comerciais	(361.169)	(370.262)	(659.789)	(593.662)
Despesas funcionais	(975.801)	(861.016)	(1.457.843)	(1.383.496)
Outras despesas	(22.367)	(166.299)	(662.765)	(576.221)
	(19.619.684)	(17.540.673)	(53.368.822)	(47.281.521)
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(15.768.589)	(14.098.519)	(42.704.079)	(37.167.548)
Despesas com vendas	(3.217.621)	(2.798.322)	(9.180.009)	(8.360.114)
Despesas gerais e administrativas	(633.474)	(643.832)	(1.484.734)	(1.753.859)
	(19.619.684)	(17.540.673)	(53.368.822)	(47.281.521)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Provisão para demandas judiciais (a)	(279.206)	-	(392.308)	-
Efeito de valores indenizados a Via Varejo e CB e Gastos com Associação (b)	(155.222)	(41.950)	(147.233)	(17.532)
Combinação de Negócios Bartira (Nota 15b)	-	-	71.364	-
Gastos com integração/reestruturação (c)	(59.798)	(35.029)	(104.636)	(32.063)
Resultado com ativo imobilizado	1.947	(8.796)	(60.562)	11.805
Outras	(25.004)	5.656	(39.731)	4.776
Total	(517.283)	(80.119)	(673.106)	(33.014)

- a) Valor referente ao registro de provisão para risco de Finsocial, PIS e Cofins, cuja avaliação da Administração, amparada pelos nossos assessores legais se tornou provável de perda durante o ano, revisão dos riscos trabalhistas e respectivos depósitos judiciais.
- b) Valor está composto por: i) Despesa referente aos efeitos finais dos trabalhos de consultores externos concluídos em outubro de 2013 no montante de R\$68.863, compreendendo: Despesas de R\$57.923 referente a gastos com associação reconhecidos até 30 de junho de 2013; R\$54.667 referente a baixas de recebíveis que foram concluídos como não passíveis de reembolso pelas partes; ganho de R\$57.300 referentes a recebíveis até então considerados contingentes; e outras despesas de R\$8.307 (Vide nota 1d); e ii) Despesas de R\$78.370 de efeitos de indenização a Via Varejo e CB;
- c) Valores rescisórios pagos a executivos do Grupo, cujo desligamento foi informado ou efetuado durante o ano, e que representaram mudança importante na estrutura dos departamentos;

31. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(476.763)	(515.527)	(867.661)	(907.505)
Custo com antecipação de recebíveis	(94.205)	(78.078)	(626.956)	(523.833)
Atualizações monetárias passivas	(132.194)	(138.468)	(238.055)	(267.510)
Outras despesas financeiras	(65.973)	(38.623)	(103.528)	(87.312)
Total de despesas financeiras	(769.135)	(770.696)	(1.836.200)	(1.786.160)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	120.334	187.028	375.407	357.927
Atualizações monetárias ativas	116.632	119.091	255.821	217.381
Outras receitas financeiras	6.400	8.667	11.523	17.979
Total de receitas financeiras	243.366	314.786	642.751	593.287
Total	(525.769)	(455.910)	(1.193.449)	(1.192.873)

Os efeitos do hedge nos exercícios findos em 2013 e 2012 estão divulgados na nota 20(a).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Lucro por ação

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o exercício.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

A Companhia concedeu aos colaboradores elegíveis plano de remuneração baseado em ações (vide nota explicativa nº 27), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos.

O lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro básico alocado	161.118	88.850	249.968	160.248	89.407	249.655
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	517.273	285.254	802.527	514.480	287.046	801.526
	678.391	374.104	1.052.495	674.728	376.453	1.051.181
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	164.325	99.680	264.005	162.417	99.680	262.097
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	4,13	3,75		4,15	3,78	
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)						
Opções de compra de ações	164.325	99.680	264.005	162.417	99.680	262.097
	627	-	627	1.329	-	1.329
Média ponderada diluída das ações(milhares)	164.952	99.680	264.632	163.746	99.680	263.426
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	4,11	3,75		4,12	3,78	

33. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo os valores pagos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 de R\$3.721 (R\$3.780 em 31 de dezembro de 2012) e as contribuições dos funcionários de R\$5.310 (R\$4.715 em 31 de dezembro de 2012). O plano contava com 1.012 participantes em 31 de dezembro de 2013 (878 em 31 de dezembro de 2012).

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2013, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	7.915.199	19.285.514
Lucro	Lucros cessantes	1.852.050	4.157.057
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	381.008	708.639

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$318.630.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

35. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Minimercado Extra”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls & Properties”.
- Eletro - inclui as bandeiras “Ponto Frio” e “Casas Bahia”.
- Atacado de autoserviços - inclui a bandeira “ASSAI”.
- Comércio eletrônico - inclui os “sites” www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br, www.casasbahia.com.br, www.barateiro.com.br e www.partiuviaagens.com.br.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações contábeis intermediárias. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes através dos segmentos. Desta maneira consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos -- continuação

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos – Continuação

Descrição	Saldos em 31.12.2013						Total
	Varejo	Atacado de autosserviços	Eleto	Comércio eletrônico	Total	Eliminação (*)	
Receita líquida de vendas	25.414.314	6.273.426	21.745.617	4.296.905	57.730.262	-	57.730.262
Lucro bruto	7.029.902	913.860	6.689.792	392.629	15.026.183	-	15.026.183
Depreciação e amortização	(594.299)	(56.039)	(130.161)	(6.906)	(787.405)	-	(787.405)
Equivalência patrimonial	33.255	-	14.055	-	47.310	-	47.310
Lucro operacional	1.032.283	193.755	1.625.395	96.806	2.948.239	-	2.948.239
Despesas financeiras	(852.838)	(46.435)	(814.630)	(154.585)	(1.868.488)	32.288	(1.836.200)
Receita financeira	374.689	22.960	263.915	13.475	675.039	(32.288)	642.751
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	554.134	170.280	1.074.680	(44.304)	1.754.790	-	1.754.790
Imposto de renda e contribuição social	(12.799)	(58.206)	(303.980)	16.402	(358.583)	-	(358.583)
Lucro líquido do exercício	541.335	112.074	770.700	(27.902)	1.396.207	-	1.396.207
Ativo circulante	7.087.919	1.358.757	8.753.861	1.412.263	18.612.800	(3.065)	18.609.735
Ativo não circulante	12.717.447	2.456.542	4.376.438	550.254	20.100.681	(702.064)	19.398.617
Passivo circulante	5.379.993	2.603.726	7.833.044	1.901.120	17.717.883	(705.129)	17.012.754
Passivo não circulante	6.300.186	278.946	1.697.586	6.916	8.283.634	-	8.283.634
Patrimônio líquido	8.125.187	932.627	3.599.669	54.481	12.711.964	-	12.711.964

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos - Continuação

Descrição	Saldos em 31.12.2012						Total
	Varejo	Atacado de autosserviços	Eleto	Comércio eletrônico	Total	Eliminação (*)	
Receita líquida de vendas	23.439.000	4.639.211	19.437.736	3.408.514	50.924.461	-	50.924.461
Lucro bruto	6.741.588	674.693	5.857.977	482.655	13.756.913	-	13.756.913
Depreciação e amortização	(553.084)	(43.610)	(152.945)	(1.899)	(751.538)	-	(751.538)
Equivalência patrimonial	11.273	-	(454)	-	10.819	-	10.819
Lucro operacional	1.509.652	145.625	1.106.134	107.796	2.869.207	-	2.869.207
Despesas financeiras	(872.342)	(90.094)	(745.027)	(113.037)	(1.820.500)	34.340	(1.786.160)
Receita financeira	423.439	23.514	170.692	9.982	627.627	(34.340)	593.287
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.060.749	79.046	531.797	4.742	1.676.334	-	1.676.334
Imposto de renda e contribuição social	(287.222)	(18.295)	(212.545)	(1.836)	(519.898)	-	(519.898)
Lucro líquido do exercício	773.527	60.750	319.254	2.905	1.156.436	-	1.156.436
Ativo circulante	7.531.844	827.835	7.650.902	861.609	16.872.190	(191.888)	16.680.302
Ativo não circulante	12.383.311	2.434.936	3.234.372	335.589	18.388.208	(236.402)	18.151.806
Passivo circulante	4.376.599	2.003.619	6.324.067	1.115.274	13.819.559	(428.292)	13.391.267
Passivo não circulante	8.337.036	388.311	1.647.530	13	10.372.890	-	10.372.890
Patrimônio líquido	7.201.520	870.841	2.913.677	81.911	11.067.949	2	11.067.951

(*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias.

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35. Informações sobre os segmentos – Continuação

Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	31.12.2013	31.12.2012
Alimentos	54,9%	55,1%
Não alimentos	45,1%	44,9%
Total de vendas	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2013 os investimentos (Capex) estavam assim apresentados:

	31.12.2013	31.12.2012
Alimentos	1.446.694	1.064.394
Não alimentos	402.229	329.000
Total de investimentos	1.848.923	1.393.394

36. Eventos subsequentes

a) Aumento de capital

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2014 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$15.522 mediante a emissão de 471 mil ações preferenciais.

b) Termo de Compromisso de Desempenho - CADE

Entre 1º de janeiro e 12 de fevereiro de 2014, a Companhia vendeu 7 lojas relacionadas às exigências do CADE para a aprovação do Acordo de Associação. Vide nota explicativa 1(e).